

# A decoração de época romana no *municipium Olisiponense*: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa)

LÍDIA FERNANDES\*

## RESUMO

Estudam-se dois capitéis de época romana e um fragmento de cornija encontrados no decurso da intervenção arqueológica levada a cabo pelo Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade) na Praça da Figueira em Lisboa, durante os anos de 2000/2001.

Os exemplares são analisados do ponto de vista técnico e estilístico, sendo intentada uma integração na plástica decorativa da cidade de *Olisipo*, salientando-se o respectivo contexto arquitectónico e possíveis oficinas de produção que os terão realizado.

Palavras-chave: Lisboa – capitéis – cornija – decoração arquitectónica romana.

## ABSTRACT

*Two Roman capitals found at Praça da Figueira (Lisbon) in 2002, during the archaeological diggings accomplished by the Archaeological Services of Lisbon's Municipality (City Museum), are presented.*

---

\* Arqueóloga do Serviço da Arqueologia do Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa. Mestre em História da Arte pela F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa.

*These samples are analysed according to its technical and stylistic patterns, trying to establish some connection with Olisipo's decorative plastic, regarding its architectonical framing, as well as the eventual production places where they might have been manufactured.*

*Keywords: Lisbon – capitals – Roman architectonic decoration.*

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta debruça-se sobre dois capitéis jónicos encontrados durante a intervenção arqueológica levada a cabo na Praça da Figueira em 2000/2001, bem como parte de um elemento que integraria um possível entablamento, também encontrado no local.

Agradecemos aos coordenadores dos trabalhos, Dr.<sup>a</sup> Marina Carvalhinhos e Dr. Rodrigo Banha da Silva, o convite endereçado para o estudo destes exemplares<sup>1</sup>, os quais, apesar de não poderem ser considerados como peças de grande qualidade, técnica e estilística, possibilitam alguns esclarecimentos sobre a plástica arquitectónica decorativa da cidade de Lisboa durante a época romana.

O reduzido número de exemplares deste tipo registado, quer no território olisiponense, quer, essencialmente, na cidade de *Olisipo*, impede-nos a delineação de considerações generalistas sobre o que poderá ser considerada a “plástica provincial” da Lusitânia de época romana. Esta designação, empregue por Alberto Balil, interpretando-a como a “actividad artística del Império Romano, singularmente las provincias europeas del Império de Occidente” (Alberto Balil, 1960, p. 108) será, na nossa perspectiva, demasiado globalística enfermando, por tal facto, dos inconvenientes de todas as generalizações deste tipo. O diminuto número de espécimes leva-nos, assim, a considerar cada novo exemplar como um elo de ligação de uma cadeia complexa, da qual desconhecemos os contornos, extensão e características, bem como a valorizar cada peça como ponto de partida em si mesma.

---

<sup>1</sup> Não poderíamos deixar de agradecer ao nosso colega Nuno Mota, que também integrou a equipa de arqueologia, pela cedência de alguma da bibliografia consultada.

## 2. ANÁLISE DESCRITIVA E COMPARATIVA<sup>2</sup>

Os dois capitéis que presentemente se analisam, integram-se decorativamente na ordem arquitectónica jónica, encontrando-se um deles quase completo, ainda que uma das suas volutas já não se conserve (peça n.º 1). O outro exemplar somente possui cerca de um terço da sua totalidade (peça n.º 2). São exemplares de diminutas dimensões, ambos com pouco mais de 18 cm de altura, que apresentam as quatro faces com decoração similar duas a duas, integrando-se, por tal característica, na definição de capitéis canónicos em oposição aos capitéis designados como “itálicos” que apresentam as quatro faces com igual decoração<sup>3</sup>.

Por último, analisa-se um fragmento de cornija pertencente, muito possivelmente, a um entablamento de um edifício.

### 2.1. Peça n.º 1 – Capitel Jónico

#### FACE FRONTAL:

Capitel jónico de coluna que apresenta uma das volutas e respectivo *pulvinus* lateral partido (Fig. 1). A peça é composta por plinto superior, ou *scamillus*, traduzido por um quadrado relativamente alto (3 cm) atendendo à dimensão total da peça. Este elemento destinava-se ao encaixe com o elemento arquitectónico que se lhe sobrepunha, possibilitando uma melhor preensão no conjunto arquitectónico. É de realçar este pormenor técnico uma vez que, na base do capitel, não se observa qualquer concavidade para colocação de espigão em metal, o que se verifica habitualmente neste tipo de peças já que possibilita um bom encaixe com o fuste de coluna ao qual se sobrepunha. Este elemento do capitel não se destinaria a ficar visível, sendo retraído em relação ao diâmetro máximo da peça, constituindo exclusivamente um elemento de juntura com o entablamento superior.

Na base do capitel não se encontra, de igual modo, nenhuma concavidade para receber o fuste de coluna que se lhe ligaria (Fig. 2). A superfície é lisa, ainda que desbastada de forma um pouco grosseira, visualizando-se, inclusivamente, os negativos do instrumento que foram empregues, como teremos ocasião de referir no Capítulo 3. Esta base circular, com um diâmetro de 37 cm, destinava-se, pois, ao assentamento do fuste de coluna. Esta união ficaria camuflada pelo próprio capitel já que a sua morfologia, sobretudo no que respeita às volutas laterais, que ultrapassam a altura do equino, esconderiam parcialmente a área de junção.

<sup>2</sup> Sobre a terminologia técnica em português que se utiliza no presente trabalho cf. Fernandes, 1997, vol. 1 e Fernandes, 1998, p. 263-266.

<sup>3</sup> Sobre esta terminologia e respectiva classificação cf. Pensabene, 1973, p. 202.



Fig. 1 – Face frontal do capitel observando-se o *kyma* jónico e a voluta do *pulvinus* (peça n.º 1).



Fig. 2 – Face inferior do capitel jónico (peça n.º 1) – base de assentamento do fuste – e um dos seus *pulvinus*.

O corpo do espécime compõe-se de um equino alto, que ultrapassa, ainda que ligeiramente, a metade inferior da altura das volutas, integrando-se no tipo B de Herrmann (1988, p. 22), classificado pelo autor como “bojudo”, em oposição ao tipo A, correspondente aos equinos estreitos. A delimitação inferior do equino é realizada por moldura sogueada, com 3,5 cm de altura, a qual finaliza a ornamentação do *kyma*. Este é decorado por três semi-óvulos cortados superiormente. O óvulo central encontra-se axializado pelo eixo da peça e os restantes posicionam-se lateralmente, apresentando-se apostos pelas volutas laterais, as quais os recobrem parcialmente deixando visível, deste modo, uma pequena parte dos mesmos. As molduras lisas que delimitam os óvulos são sobrelevadas, bem demarcadas, constituindo-se, elas próprias, como parte da decoração do *kyma*.

Curiosa é a morfologia que apresenta o óvulo central o qual, ao invés de descrever um perfil em forma de óvulo, ou seja, apontado na sua parte inferior, se apresenta de contorno quase circular conferindo, desta forma, um aspecto distinto a esta parte do capitel, em comparação com a tradicional ornamentação das peças deste tipo.

O espaço entre o óvulo central e os laterais é preenchido por elementos separadores de grande dimensão que poderão ser entendidos como lancetas, ainda que, organicamente, se distanciem daquelas. O espaço concedido a estes elementos é de tal forma grande que os leva a assumir uma importância decorativa tão marcante como a desempenhada pelos óvulos. As lancetas finalizam de forma apontada na parte inferior, uma vez que os respectivos ângulos menores arrancam do colarinho da base da peça conferindo-lhes uma morfologia triangular.

Um pormenor decorativo para o qual possuímos poucos paralelos é o que nos oferece a parte superior destes elementos. Com efeito, a sua terminação pode ser interpretada de duas formas: ou como moldura reentrante, descrevendo um semicírculo, ou como motivo independente, de formato semicircular, que poderia funcionar como um prolongamento do entablamento.

Apesar das devidas diferenças a ter em conta relativamente a um capitel proveniente das termas públicas de Utica (Lézine, 1968, p. 166, Ph. 89)<sup>4</sup>, este é um exemplar que nos pode elucidar sobre este pormenor curioso. Trata-se de uma peça datável dos finais do séc. II ou inícios do séc. III, que ostenta na parte superior, entre as molduras que ladeiam os óvulos, um espaço em reserva delineando parte de um círculo. Também neste exemplar o ábaco é reentrante, ainda que possuindo uma moldura que pousa directamente sobre o equino, horizontal e sem canal de voluta.

<sup>4</sup> Considerando que se trata de um exemplar em mármore que decoraria um edifício público da cidade e observando a restante decoração e morfologia que detém, concretamente uma gola decorada com motivos vegetalistas.

Ainda que conheçamos muito poucos exemplares que possuem este pequeno elemento, é curioso o facto de Herrmann, na sua obra sobre capitéis jónicos tardios de Roma, o individualizar, à semelhança dos restantes ornamentos que, tradicionalmente, decoram os capitéis jónicos, denominando-o como “arcs on connector” (Herrmann, 1988, p. 12).

A presença deste pormenor decorativo no capitel de Lisboa, sobretudo tendo em conta a simplicidade e algum arcaísmo da restante decoração, bem como a morfologia do espécime agora em análise, pode-nos levar a considerar este pequeno ornamento como uma sobrevivência anacrónica da decoração de capitéis jónicos em épocas mais tardias. Com efeito, parece-nos que este meio círculo é uma esquematização do ornamento original que resultava da união das molduras dos óvulos traduzindo-se, como referia Herrmann, num arco de conexão entre os mesmos. Por outro lado, este pequeno ornamento poderá ser somente isso, um simples pormenor decorativo para o qual não haverá que buscar influências, constituindo-se como um elemento de um léxico original, criado pelo *atelier*, ou fruto de um artífice que quis imputar ao espécime um elemento inovador.

Não vemos neste capitel de Lisboa o tradicional canal de voluta, encontrando-se as volutas perfeitamente justapostas ao equino. A supressão do canal é considerada por alguns autores como sendo uma característica de tradição africana (Pensabene, 1986, p. 417). Ainda que não discordando de tal afirmação, inclinamo-nos a pensar que será, antes de mais, um desenvolvimento próprio do capitel jónico em épocas tardias, observável nas províncias mais longínquas mas também no centro do Império. Com efeito, esta característica ocorre ao mesmo tempo que outras alterações, como seja o caso do equino rectilíneo, da ausência de ábaco, da omissão das semi palmetas ou das volutas justapostas ao equino. Algumas peças das termas do *forum* de Óstia ou ainda um capitel da Área Sacra do Largo Argentino em Roma, atribuíveis à segunda metade do séc. II, apresentam equinos sem canal, onde as volutas se posicionam contíguas ao equino sem que qualquer outro elemento consubstancie essa ligação. A cronologia destes exemplares é similar à das peças africanas apresentadas por P. Pensabene.

A finalizar o equino, na sua parte inferior, observa-se um cordão alto. Este colarinho sogueado substitui as tradicionais molduras decoradas com pérolas e astrágalos. Com efeito, são raros os espécimes que o apresentam, sendo uma morfologia mais usual nas delimitações do *balteus*, ou a constituí-lo, ao invés do seu emprego como delimitação do equino na face frontal do capitel. Observamos exemplares com decoração deste tipo datáveis de épocas tardias, tal como acontece num capitel depositado no Museu Nacional de Arqueologia, proveniente dos

arredores de Lisboa<sup>5</sup> atribuível a uma cronologia dos sécs. III ou inícios da seguinte centúria (Fernandes, 1998, p. 233-236, peça n.º 6). Ainda que possamos encontrar tal motivo em capitéis mistos de cronologia mais recuada, como acontece numa peça de Cádiz ou numa outra de Pamplona, ambas datáveis do séc. I (Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 175 e 177, n.ºs 767 e 778), o número de peças tardias que nos documentam um tal motivo ornamental pode ser constatado em variadíssimos exemplares analisados por Cruz Villalón na obra que apresenta sobre a escultura arquitectónica e litúrgica existente em Mérida durante a época visigoda (1985).

As volutas apresentam uma morfologia do tipo fita, ligeiramente côncava e com botão central sobreelevado sem qualquer outro ornamento. Posicionam-se justapostas ao equino, como acima referimos, ocultando praticamente a totalidade dos óvulos laterais que compõem o *kyma*, constituindo-se como um dos elementos compositivos e, simultaneamente, decorativos, mais importantes deste exemplar quer pela sua dimensão, absoluta e relativa, quer pela rigidez e perfeita delineação.

#### FACES LATERAIS:

As faces laterais deste capitel, os *pulvini*, são decoradas por elementos foliáceos, os quais, partindo do centro do balaústre abrangem a totalidade do mesmo (fig. 3). No centro, uma moldura sogueada, similar à observada no colarinho da peça, constitui o *balteus*. Não se observam aqui quaisquer delimitações, sendo a separação existente entre as folhas e o *balteus* realizada simplesmente por um acentuado talhe em bisel.

As folhas que se observam podem ser consideradas como coríntias, ainda que não adoptem um contorno tão regular como é tradicional apresentarem. Com efeito, as divisões lobulares e respectivas terminações pontiagudas destas folhas aproximam-nas mais da classificação de folhas coríntias do que das folhas de água que, geralmente, são muito mais simplificadas mas igualmente comuns na decoração dos *pulvini*. Cada uma das folhas possui seis lóbulos, organizados em dois conjuntos, axializados, cada um composto por três semi-lóbulos. Estes são carnudos, com subdivisão interna bem marcada através de delimitação contínua, o que resulta num certo esquematismo ornamental demasiado rígido e sem qualquer vislumbre naturalista. Por entre as folhas surgem pequenos lóbulos de formato triangular. Os relevos são, de igual modo, pouco acentuados, estando ausentes efeitos contrastantes de luz/sombra ou de claro/escuro.

<sup>5</sup> Esta é a única informação constante do inventário antigo do Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 3 – Face lateral do capitel jónico (*pulvinus*) (peça n.º 1).

Os *pulvini* são pouco elegantes, aspecto que lhes é conferido pelo diminuto comprimento e pelo acentuado diâmetro que acompanha a dimensão frontal das volutas. Estes últimos elementos são, com efeito, o motivo decorativo que mais realça na decoração das faces frontais deste exemplar. Não obstante tais considerações parece-nos, numa observação mais global dos *pulvini*, que nos encontramos perante um esquema decorativo, em termos técnicos bastante bem conseguido, de uma axialidade marcante sendo a definição dos múltiplos pormenores extremamente clara. Este aspecto é tanto mais evidente quando em comparação com a face frontal, caracterizada por um arrojo decorativo claramente contido e singelo, ainda que participando das mesmas características das faces laterais.

Estas considerações poderão ser facilmente explicitadas se pensarmos que, subjacente a esta decoração, se encontra a aplicação de modelos cartonados. A este aspecto nos referiremos de modo mais pormenorizado no seguinte capítulo.

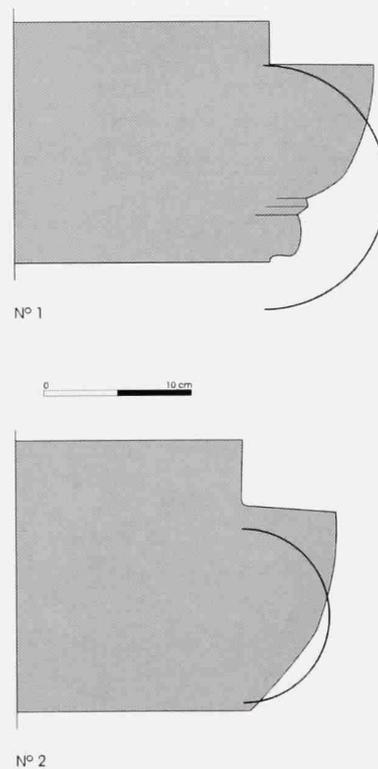


Fig. 7 – Cortes das peças n.ºs 1 e 2 e respectivos lançamentos das volutas.

Apesar da discrepância observada entre as faces laterais e frontais, denotando uma deficiente noção da peça como um todo, é de sublinhar que o exemplar mantém grande parte dos elementos que, tradicionalmente, compõem o capitel jónico. O seu perfil (fig. 7<sup>6</sup>) é disso um bom exemplo, constatando-se a nítida separação entre o *scamillus*, o equino e as molduras que compõem o colarinho. Pelo que fomos explanando ao longo desta análise, e tendo em conta as dificuldades de qualquer atribuição cronológica para peças estratigraficamente descontextualizadas, como é o caso vertente – aspecto para o qual teremos ocasião de nos debruçar mais detalhadamente – pensamos que poderemos propor para este capitel uma cronologia que rondará a segunda metade do séc. III ou, eventualmente, finais do mesmo.

## 2.2. Peça n.º 2 – Capitel Jónico

### FACE FRONTAL:

Capitel jónico de coluna, partido, conservando-se somente cerca de metade da totalidade do exemplar (fig. 4). O equino apenas conserva um semi-óvulo, apontado inferiormente e rodeado por grossa moldura relevada e por uma lanceta que faria a separação com o semi-óvulo seguinte. O *kyma* em presença corresponde ao tipo decorativo mais comum do capitel jónico, composto por três óvulos separados por lancetas. Estes elementos são de morfologia larga, ocupando praticamente o mesmo espaço que o concedido ao óvulo. Lancetas deste tipo podem ser observadas num capitel jónico da antiga Trácia datado do séc. III, sendo os óvulos também similares, esguios e com molduras salientes a rodeá-los (Petrova, 1996, p. 67, n.º 41).

A delineação das lancetas é feita por moldura espessa, ligeiramente apontada inferiormente e recta na parte superior, ostentando, no meio deste espaço, um traço vertical. O conjunto assim obtido é de um esquematismo acentuado, desprovido de qualquer movimento ou sentido orgânico da composição. A rematar inferiormente o *kyma* visualiza-se (ainda que somente se conserve num dos lados), um colarinho em moldura sogueada de relevo bem marcado.

Aposta ao *kyma* encontra-se uma voluta de acentuadas dimensões, com moldura relevada espiraliforme bem desenhada que finaliza, no centro, em botão relevado liso. Esta voluta abrange a totalidade da altura da parte central do equino coincidindo, a sua parte inferior, com o colarinho acima descrito.

<sup>6</sup> Gostaríamos de agradecer a Victor Filipe a elaboração dos desenhos constantes das figuras n.ºs 7 e 9.



Fig. 4 – Face frontal do capitel observando-se o *kyma* jónico e a voluta do *pulvinus* (peça n.º 2).



Fig. 5 – Face inferior do capitel jónico – base de assentamento do fuste – e um dos seus *pulvinus* (peça n.º 2).

Este exemplar não apresenta ábaco, à semelhança do capitel analisado anteriormente, estando a respectiva parte superior ocupada por um plinto<sup>7</sup> ou *scamillus* reentrante, de grandes dimensões (com uma altura de 4,5 cm), o qual serviria para um melhor encaixe com o elemento arquitectónico que se lhe sobrepunha, muito similar ao descrito para a peça n.º 1. Igualmente próxima é a solução adoptada para o assentamento com o fuste (fig. 5). A superfície de apoio é plana, com um diâmetro de 31 cm, ostentando uma superfície relativamente homogénea, ainda que não exista qualquer concavidade para encaixe. A união entre capitel e fuste seria nítida uma vez que as volutas terminam, inferiormente, ao nível da parte inferior do equino, constituindo um único plano de base sem qualquer reentrância (Fig. 7). Este aspecto confere ao capitel um aspecto singular sobretudo se observado de perfil, afastando-se da tradicional composição destas peças de ordem jónica e, de igual modo, distanciando-se morfológica e conceptualmente do espécime anterior.

#### FACES LATERAIS:

Apenas se conserva um dos *pulvini*, de morfologia contracurva pouco acentuada, decorado por folhas de água que arrancam do centro (fig. 6). A morfologia desta parte do capitel aproxima-o verdadeiramente a um balaústre. O eixo é marcado por um *balteus* de moldura sogueada relevada. As folhas de água, em número de três, são largas, uninervadas, de perfil apontado. As nervuras são relevadas, representadas horizontalmente por relevo contínuo, apenas mais estreito na parte final. Por entre as folhas maiores surgem outras, mais pequenas, de finalização triangular. Apesar de mais largas e de contorno mais arredondado, estas folhas podem-se aproximar da designação de Bingöl de “Schilfblätter”, ou seja, folhas de junco, que surgem em exemplares cronologicamente díspares que abarcam um âmbito cronológico desde o séc. I até à terceira centúria (Bingöl, 1980, p. 84-86). Este tipo de balaústre é dos mais simples, sendo “... el esquema ornamental que cuenta con el mayor número de ejemplares” (G. Behemerid, 1992, p. 50), afastando-se de algumas composições rebuscadas com folhas coríntias imbrincadas e com *balteus* ornamentados de forma variada. Capitéis da antiga Trácia, datados do séc. III mostram-nos composições similares, ainda que com o *balteus* decorado e ostentando ábaco (Petrova, 1996, p. 69, n.º 40). Mas será em Espanha que encontramos uma longa lista de peças que empregam este tipo de folhas, ainda

<sup>7</sup> Este termo poderá induzir em erro, pois geralmente é aplicado a um elemento que suporta algo. Não obstante, utiliza-se também para significar o ábaco do capitel dórico ou toscano.



Fig. 6 – Face lateral (*pulvinus*) do capitel jónico (peça n.º 2).

que variando a disposição das mesmas entre si e diversificando-se a decoração da parte central do *pulvinus*, o qual se pode apresentar liso ou decorado.

Curiosamente, a parte superior do balaústre não se encontra decorada ainda que permaneça espaço para a representação de mais uma folha. Tal facto prende-se com a não visualização dessa área quando a peça se encontrasse colocada no conjunto arquitectónico em que se integraria. Obstava-se, deste modo, a um dispêndio económico na produção destes exemplares, bem como a uma maior rapidez na respectiva execução. Esta situação é relativamente habitual neste tipo de peças, independentemente da cronologia que tenham ou do espaço que decoravam. A este propósito bastará dar como exemplo a imperfeição de alguns pormenores decorativos nos capitéis do templo de Mars Ultor no *forum* de Augusto em Roma, o que se deve, claramente, a um conhecimento prévio – por parte dos seus executores, logo, do *atelier* a quem foi incumbida a encomenda – do local preciso que as peças ocupariam no edifício (Trillmich, 2004, p. 325).

Reiterando as considerações feitas para o exemplar anterior no que respeita à respectiva cronologia, pensamos que poderemos propor uma data de produção que rondará os finais do séc. III.

### 2.3. Peça n.º 3 – Fragmento de Cornija

Trata-se de um fragmento que se incluiria num entablamento de edifício (fig. 8), ainda que se possa colocar a hipótese de nos encontrarmos em presença de um cimácio de cipo ou de parte de uma cornija de plinto de estátua ou de monumento funerário, tendo presente o contexto funerário do local onde a peça foi encontrada. Apesar de conservar mais de 1m de comprimento, o facto de não se encontrar decorado dificulta uma análise comparativa. Peças deste tipo encontram-se, na sua grande maioria, decoradas com rosetas ou folhas coríntias ou de estilo corintizante, ainda que se conheçam outros motivos, diversificados, que preenchem a face interior horizontal. Habitual, também, é a ornamentação com métopas e tríglifos da face vertical que acompanha a fachada. Aqui, no entanto, a face é de tal forma estreita (apenas 6 cm) que não resta espaço para ostentar tal decoração. A superfície inferior deste elemento é recta, facetada, de forma a encaixar com novo elemento o qual, esse sim, poderia ser ornamentado com a divisão tradicional das métopas acima referida.

A peça em questão corresponde ao elemento horizontal que remataria o monumento na sua parte superior. A tratar-se da cornija de um edifício, seria a partir dele que arrancaria o frontão triangular que finalizaria a composição. Este tipo de “friso” é normalmente avançado em relação à fachada edificativa, razão pela qual, normalmente, ostenta decoração na face inferior já que esta seria visível. A dimensão apresentada pelos dentículos (face menor: 8,4 X 8,4 cm; face maior: 8,9 X 8,9 cm) leva-nos a inclinar-mo-nos mais para considerar este elemento como parte integrante de um edifício do que a parte superior de um cipo ou de um monumento de pequenas dimensões.

A composição aqui em presença é das mais simples, ainda que seja evidente um certo rebuscamento em tal singeleza e evidenciando um talhe de boa realização técnica. Temos, deste modo, um conjunto ritmado por dentículos, de secção quadrada, igualmente distanciados entre si, os quais arrancam de duas molduras de pequena altura e de distintas dimensões, rectangulares, que acompanham a inserção dos dentículos e que se comportam como dupla molduração que acompanha a sua implantação (fig. 9). A parte superior da área de molduração finaliza em ângulo arredondado. De sublinhar a presença de uma linha na parte superior do elemento, onde certamente encaixaria o outro elemento arquitectónico, que constituiria, no seu conjunto, o entablamento. Trata-se, pensamos, do *ductus* da peça<sup>8</sup>, ou seja, da marcação prévia no bloco, do local onde o seguinte elemento arquitectónico encaixaria. Esta moldura constituiria um dos ângulos da cornija.

<sup>8</sup> Fig. 9 – vista superior, a tracejado.



Fig. 8 – Fragmento de cornija, face maior (peça n.º 3).

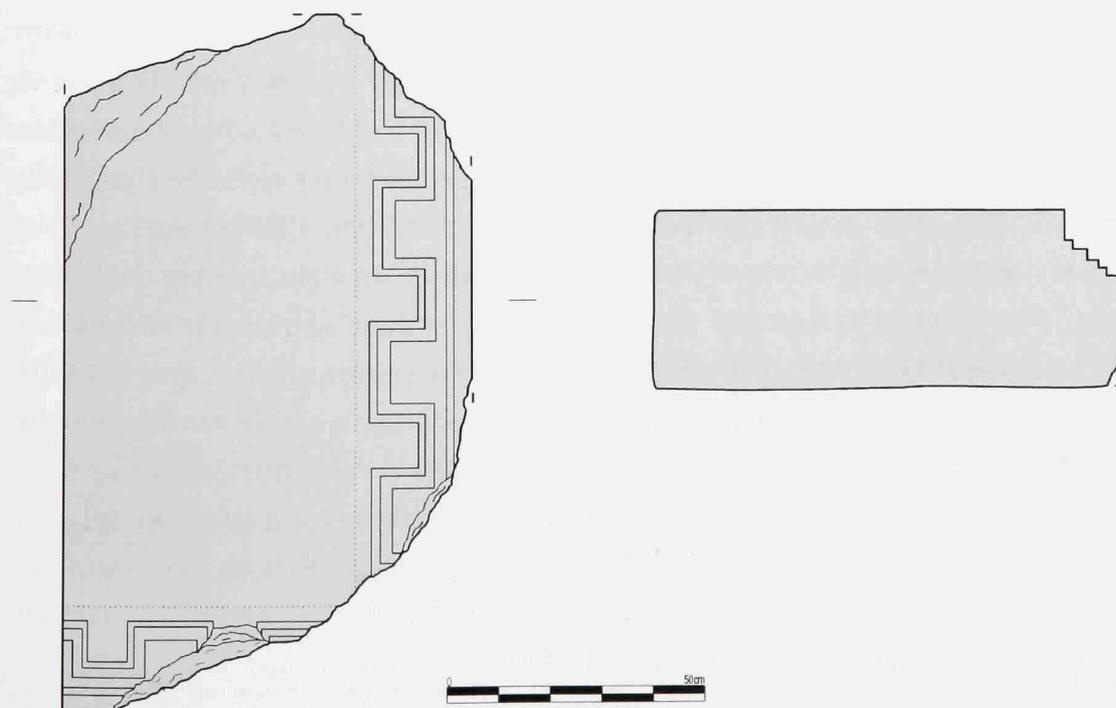


Fig. 9 – Vista superior e respectivo corte do fragmento de cornija (peça n.º 3).

Com efeito, conservam-se, no lado menor do bloco, dois dentículos: um completo, outro do qual apenas resta o respectivo arranque. No lado maior, por sua vez, encontram-se dois dentículos completos e outros dois partidos, num total de cinco.

Alguns fragmentos de cornija provenientes de Córdoba podem ser comparáveis. Um exemplar cordobense (Calle San Felipe), realizado em mármore, apresenta os dentículos triangulares inscrevendo-se numa moldura em *cyma* reversa (C. Marquez, 1998, n.º 900, p. 161). Um outro fragmento (Calle Cruz Conde) oferece-nos um *cyma* recto, onde se inscrevem dentículos de maiores dimensões, mas apresentando listéis que ladeiam uma moldura de óvulos (op. cit. n.º 13, p. 161). Apesar do autor não apresentar cronologia para estas peças<sup>9</sup>, sublinha a qualidade do respectivo talhe, aspecto para o qual refere que “Tal simplificación no resta un ápice el elegante resultado que estas piezas ofrecen” (op. cit., p. 161).

No *forum* de Segóbriga são vários os coroamentos de cipos que nos mostram molduras similares, ostentando denticulados simples sem outra ornamentação (M. Abascal *et al.*, 2004, p. 219-244, figs. 14, 17, 18 e 22). Aqui, no entanto, os monumentos a que pertenciam seriam provavelmente mais pequenos do que o proveniente da Praça da Figueira, correspondendo a partes de cornija, talvez pertencentes a cipos, tal como os referidos para Córdoba. Realçamos um deles, já que nos oferece um paralelo bastante próximo: trata-se de um coroamento de pedestal de uma estátua de *Calventia Titulla* e, possivelmente, também de *C. Calventius Pudens*, que apresenta apenas uma dupla fiada de dentículos sendo atribuível à época flávia (M. Abascal *et al.*, p. 234 e 235).

Uma cornija de Clunia pode, de igual modo, ser comparável. Trata-se de um elemento que apresenta um *kyma* recto – onde se inscrevem dentículos quase cúbicos – que remataria a parte superior da cornija. Apesar da aparente similitude, é de realçar que os dentículos oferecem um ritmo que não encontramos no exemplar olisiponense. Naquele, a largura concedida ao espaço entre dentículos é metade da largura destes. No nosso exemplar, os dentículos posicionam-se de forma acentuadamente mais afastada entre si. No entanto, este espaçamento é curioso, uma vez que a dimensão entre eles (face menor) quando tomada a partir das molduras exteriores, pouco ultrapassa a medida do próprio dentículo<sup>10</sup>. Por sua vez, se tomarmos as dimensões de face a face dos dentículos contíguos, obtemos o dobro da largura do primeiro elemento<sup>11</sup>. Na face maior – onde se

<sup>9</sup> Alertando para o facto de que “... aquellas piezas de muy reducido tamaño que adornan una múltiple variedad de monumentos tanto coronando cornisas y zócalos como flanqueando vanos abiertos y nichos en el muro. Lo aquí dicho basta para comprender que es la ornamental su principal misión ...” (C. Márquez, p. 158).

<sup>10</sup> A dimensão dos dentículos é 8,4 X 8,4 cm e o espaço entre os mesmos é de 8 cm.

<sup>11</sup> Se exceptuarmos as moldurações entre os dentículos, a dimensão entre eles, de face a face, é de 16 cm.

visualizam quatro dentículos, as dimensões alteram-se um pouco: aqui os elementos cúbicos apresentam uma maior dimensão (8,9 X 8,9 cm) e a distância entre eles, incluindo as molduras, é de 11 cm, aumentando para 20 cm se a medida for tomada de face a face.

As características evidenciadas por aquele elemento cluniense “...coinciden con las que muestran diferentes construcciones datadas en época protoaugustea y que se mantendrán durante las tardeaugustea y tiberiana ...” (G. Behemerid, 2004, p. 276). A distinção entre este elemento e o da Praça da Figueira resulta igualmente pelo facto de aquele apresentar mísulas de dupla voluta. Apenas a conservação de uma maior extensão do elemento arquitectónico que agora tratamos nos poderia comprovar se os dentículos seriam o único elemento decorativo em presença.

Como referido para os capitéis, é complexa a atribuição cronológica a peças sem contexto arqueológico seguro. Apesar deste exemplar nos surgir em contextos tardios do séc. III, pensamos que essa datação corresponderá à da destruição do monumento em que se integraria e não ao do momento da sua elaboração. Relativamente a este aspecto teremos oportunidade de sobre ele nos debruçarmos mais detalhadamente em capítulo seguinte.

Se qualquer análise baseada exclusivamente na ornamentação incorre em riscos de interpretação difíceis de avaliar, quando essa decoração é inexistente, ou limitada em termos de léxico ornamental, as dificuldades exponenciam-se. Apesar de ser relativamente usual o emprego de dentículos numa moldura, normalmente essa decoração é complementada com outro tipo de elementos que envolvem aquele ou que o sobrepõem e/ou subjazem. Não sabemos se, no caso vertente, tal situação ocorreria. A ser assim, o monumento a que este elemento pertenceria deveria ser de razoáveis dimensões, provavelmente um templo ou um qualquer outro edifício, eventualmente de carácter público. Se, por outro lado, este bloco arquitectónico funcionasse isoladamente, sem o respectivo friso e subcornija, poderemos errar ao considerá-lo como parte integrante de um entablamento, já que seria perfeitamente pertinente a sua inclusão na molduração superior de um cipo prismático de grandes proporções, correspondendo, deste modo, a uma cornija decorativa de assentamento de uma possível estátua, à semelhança do que havíamos referido para Segóbriga, ou comparável aos múltiplos exemplos que nos oferece Pompeia na “Via delle Tombe – necropoli di Porta Ercolano”.

Mais uma vez, recorreremos a alguns fragmentos de cornija cordobenses, datáveis de época júlio-cláudia, que nos poderão balizar um posicionamento mais correcto quanto à gramática ornamental do nosso exemplar. Em vários deles encontramos um sofito decorado com mísulas, as quais arrancam de duas molduras

quadradas semelhantes àquelas de onde partem os dentículos do exemplar olisiponense. O espaço entre mísulas é decorado por rosetas e inferiormente implanta-se uma fiada de dentículos (C. Márquez, 1998, n.º 26, n.º 131, n.º 746, entre outros). As semelhanças com a peça de Lisboa, apesar da ausência decorativa, parecem-nos bastante próximas.

Em Portugal, os elementos arquitectónicos que possuímos são em reduzido número, sendo difícil encontrar paralelos para a peça que agora analisamos. Em Alcácer do Sal<sup>12</sup> existe um fragmento de cornija decorado, atribuível a cronologias algo mais tardias que o exemplar sobre o qual nos debruçamos, o mesmo acontecendo com um elemento arquitectónico da *villa* romana do Rabaçal (Pessoa, 1998, fig. 27). Um fragmento de cornija decorada de Évora é datável de época Júlio-Cláudia (Basarate; Gonçalves, 2005, p. 62). Por último, será incontornável a referência a Conímbriga onde alguns fragmentos de cornija decorados, de época flaviana, apresentam uma decoração mais contida (Alarcão e Étienne, 1997, Planche XCIX).

Dois paralelos em Lisboa mostram-se como os mais pertinentes. Trata-se de uma cornija encontrada no actual Palácio de Penafiel (intervenção arqueológica realizada pelo então Gabinete Técnico do Teatro Romano em 1991/92). Apesar de o estado de conservação ser deficiente, conclui-se tratar de uma cornija decorada com quatro dentículos. Este elemento está talhado em pedra lioz de cor rosa e possui as faces molduradas. A sua integração nas antigas Termas dos Cássios, identificadas no local, bem como a correcta molduração impele-nos a atribuir uma cronologia dos inícios do Império ou mesmo anterior. Aqui encontramos a mesma singeleza, a rectidão do talhe e o despojamento decorativo que contrabalançam com a riqueza da textura da pedra, da sua cor e venaturas.

No caminho de acesso ao Castelo de S. Jorge sabemos da existência de uma cornija, também com dentículos e muito próxima da que agora tratamos, mas desconhecemos qual a sua proveniência.

A linearidade de articulação dos vários elementos que compõem esta cornija da Praça da Figueira, assim como a austeridade decorativa evidenciada – quer pela ausência de qualquer motivo ornamental: floral ou vegetalista, quer pela atribuição aos dentículos, enquanto elemento perfeitamente geométrico, desse mesmo papel – leva-nos a considerar esta peça como um protótipo da sobriedade típica da decoração arquitectónica Júlio-claudiana, no caso vertente talvez finais deste período, ainda que se possa considerar estarmos em presença de um arcaísmo decorativo algo anacrónico. Neste contexto, alguns exemplos que se observam

<sup>12</sup> Em exposição no Museu Municipal Pedro Nunes.

na decoração de capitéis da época de Adriano podem, de algum modo, fazer-nos compreender alguns “revivalismos” de épocas mais antigas. A propósito dos capitéis corintizantes “... in cui sono evidenti gli influssi classicistici; durante il regno d’Adriano la ripresa dei motivi classici è così forte che talvolta può riuscire difficile distinguere esempi adrianei da quelli augustei” (Pensabene, 1973, p. 230).

### 3. ANÁLISE TÉCNICA E ESTILÍSTICA

A decoração que os capitéis evidenciam, sobretudo no que respeita ao *kyma*, traduz-nos um repertório limitado de elementos – ausentes encontram-se, por exemplo, as semi-palmetas, o canal de voluta, o ábaco e a flor da voluta – ainda que amplamente explorados do ponto de vista artístico. Neste contexto, as molduras que se observam no equino ganham um papel preponderante, assemelhando-se à importância que detêm os semi-óvulos ou os respectivos elementos separadores. Ainda que o crescente espessamento das molduras possa ser uma característica que se evidencia logo a partir de época Júlio-cláudia no centro do Império (Pensabene, 1973, p. 212), será essencialmente a partir do séc. III que tal distinção se tornará mais evidente. Funcionando originalmente como elementos definidores dos motivos decorativos – óvulos e pontas de seta e/ou lancetas – rodeando-os e individualizando-os, as molduras tenderão progressivamente a deter um papel cada vez mais importante no conjunto, funcionando, elas próprias, como ornamentos específicos.

Nos dois exemplares em análise, mas sobretudo na peça n.º 2, o espessamento das molduras adultera a sua função original, adquirindo uma importância vital na expressão plástica de conjunto. A linha contínua expressa por estes elementos é, quase diríamos, o principal elemento decorativo, já que é ele que confere unidade e expressão ao conjunto.

O carácter geométrico evidenciado é, também ele, uma característica de capitéis de épocas tardias. O carácter orgânico e naturalista expresso nas decorações dos inícios do Império tenderá, progressivamente, a desaparecer, sendo substituído por uma crescente simplificação e um progressivo esquematismo do léxico decorativo.

No exemplar n.º 1 os vários elementos são bem individualizados, pressupondo, por parte do canteiro, um conhecimento seguro do léxico a constar no exemplar. Quanto a estes motivos, como já referimos, apenas conceptualmente se aproximam dos que lhe deram origem sendo, morfológicamente, claramente distintos. Não obstante, nota-se uma discrepância entre a decoração das faces laterais em relação às frontais. Os *pulvini* ostentam uma decoração muito mais rígida, mais próxima da decoração de peças de cronologias recuadas, contrastando, a sua riqueza e

perfeição executiva, com a liberdade ornamental das faces restantes.

Tal facto poderá dever-se ao emprego de cartões, os designados “skizzen” ou “musterbücher” (Gros, 1976, p. 63) que, anacronicamente, coexistem nas oficinas. Ou seja, modelos mais antigos empregados nos balaústres, simultaneamente com a utilização de novos cartões<sup>13</sup> – simplificados, modificados, esquematizados – para as faces frontais.

A divulgação de modelos cartonados no império romano era uma prática corrente, não sendo inusitada a coexistência de modelos distintos de diferentes correntes estilísticas os quais persistiam durante longo tempo nas oficinas. Este facto seria mais frequente nos *ateliers* provinciais, afastados dos centros citadinos ou, em épocas mais tardias, quando a divulgação e comercialização dos modelos deixou de ser tão vulgar. Não será pois de estranhar que tenham sido utilizados cartões de várias épocas numa mesma altura, o que poderá, em certa medida, explicar os diferentes estilos de *ornamenta* que observamos nas peças. Este aspecto, de enorme importância, leva-nos, por vezes, a uma atribuição cronológica errónea quando não tida em conta a sobrevivência de modelos arcaicos que continuam a ser utilizados ao longo do tempo. A nosso ver, esta questão coloca-se essencialmente na sobrevivência de cartões decorativos aplicados a áreas menos visíveis. Assim sendo, os *appagineculi* aplicados aos *pulvini* poderão corresponder a modelos mais antigos enquanto que os empregues nas faces frontais já haviam sido substituídos por modelos distintos ou menos próximos das composições tradicionais<sup>14</sup>.

Ausente parece encontrar-se o emprego do trépano. Esta técnica, tão do agrado da época Júlio-cláudia com o objectivo de criar maiores contrastes de claro/escuro, será progressivamente abandonada em épocas posteriores no que diz respeito a este tipo de peças<sup>15</sup>. Com efeito, em nenhum capitel jónico da região de Lisboa atestamos a sua presença<sup>16</sup>. Tal facto, no entanto, não se prenderá exclusivamente com um simples desuso de tal expediente técnico, antes deverá ser relacionado, de igual modo, com a dimensão destes exemplares. Com efeito, a proporção reduzida destas peças obviou à elaboração de profundos sulcos e

<sup>13</sup> Sobre este tema dos modelos cartonados, também designados por “skizzen” ou “musterbücher”, cf. Sauron, 1979, p. 204 e ss. e P. Pensabene, 1973, p. 189.

<sup>14</sup> Sobre este assunto, veja-se o trabalho exemplar relativo aos modelos empregues na *Ara Pacis Augustae* de Giles Sauron (1979, p. 183-236).

<sup>15</sup> De realçar que o emprego do trépano continua a subsistir ou, na maior parte dos casos, a ter uma maior evidência quer em outros tipos de capitel, onde há que destacar a ordem coríntia, quer em outros campos artísticos, como é o caso da estatuária. Não se poderão aproximar estilisticamente, no entanto, os produtos que evidenciam o emprego desta técnica de uma e outra época.

<sup>16</sup> O mesmo não acontecendo, no entanto, em relação a capitéis de distintas ordens arquitectónicas, bastará lembrarmo-nos dos dois capitéis coríntios provenientes da Rua da Padaria (Fernandes, 2002, p. 237-256) ou ainda o capitel corintizante encontrado na Casa dos Bicos (Fernandes, 1999a, p. 113-135).

consequente contraste de volumes possibilitando, com tal ausência, a materialização de todos os elementos que constam nos exemplares em apreço. Não obstante, não poderemos descartar a ideia de que o trépano nestas duas peças possa ter sido habilmente disfarçado.

A pequena curvatura do equino – um dos factores a ter em conta na análise deste tipo de peças – é muito pouco acentuada, sobretudo no caso do capitel n.º 1, tal como podemos observar na fig. 7. Esta característica reforça o que havíamos já referido quanto ao facto de a decoração ser entendida como um baixo-relevo.

Em relação aos instrumentos empregues na realização destas peças, encontramos vestígios do recurso ao pontel, sobretudo o de terminação em bisel. Na base das peças, essencialmente no exemplar n.º 1, visualizam-se claramente os negativos de goiva de ponta recta e cinzel denteado de percussão indirecta. Infelizmente, o estado de conservação destes exemplares não nos possibilita a visualização de qualquer outro pormenor. Evidente, no entanto, é que a utilização de abrasivos de afeiçoamento e polimento oferece, nos dois capitéis, superfícies invulgarmente lisas e homogéneas.

No que respeita ao exemplar n.º 3 a lineariedade da composição não nos permite qualquer esclarecimento em relação às técnicas decorativas empregues. Não obstante, é nítida nas várias moldurações a utilização de pontel de ponta recta utilizada por percussão indirecta, evidente no talho em bisel que se observa em algumas das molduras que acompanham os dentículos. Por outro lado, não poderíamos deixar de sublinhar a presença de *ductus* na parte superior do exemplar, aspecto para o qual havíamos chamado a atenção em capítulo anterior. Tal recurso técnico não é inusitado na construção romana<sup>17</sup>, verificando-se amiúde, ainda que seja indicador de uma estereotomia edificativa elaborada.

#### 4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ARQUITECTÓNICA

Raramente nos é dado observar a reconstituição completa do edifício onde se integram os capitéis. Esta situação é tanto mais rara quanto se trata de exemplares tardios que, certamente, integrariam construções mais modestas que as de carácter público. O elemento ornamental na parte superior do *kyma*, a que fizemos referência aquando da análise do exemplar n.º 1, poderia participar de uma decoração que integraria entablamento e frontão do edifício. A opinião de que elementos arquitectónicos como capitéis, ou frisos – os quais são, antes de tudo, componentes de um conjunto – deteriam soluções ornamentais específicas

<sup>17</sup> Apenas como exemplo poderemos indicar as bases romanas de Frielas que apresentam, todas elas, na parte superior onde assentaria o fuste, a marcação do respectivo centro (Fernandes, 2004, p. 24).



Fig. 10 – Capitel jónico *in situ* (peça n.º 1) (Praça da Figueira, 2001).



Fig. 11 – Capitel jónico (lado direito da imagem) *in situ* reaproveitado na parede de um poço de época muçulmana (peça n.º 1) (Praça da Figueira, 2001).

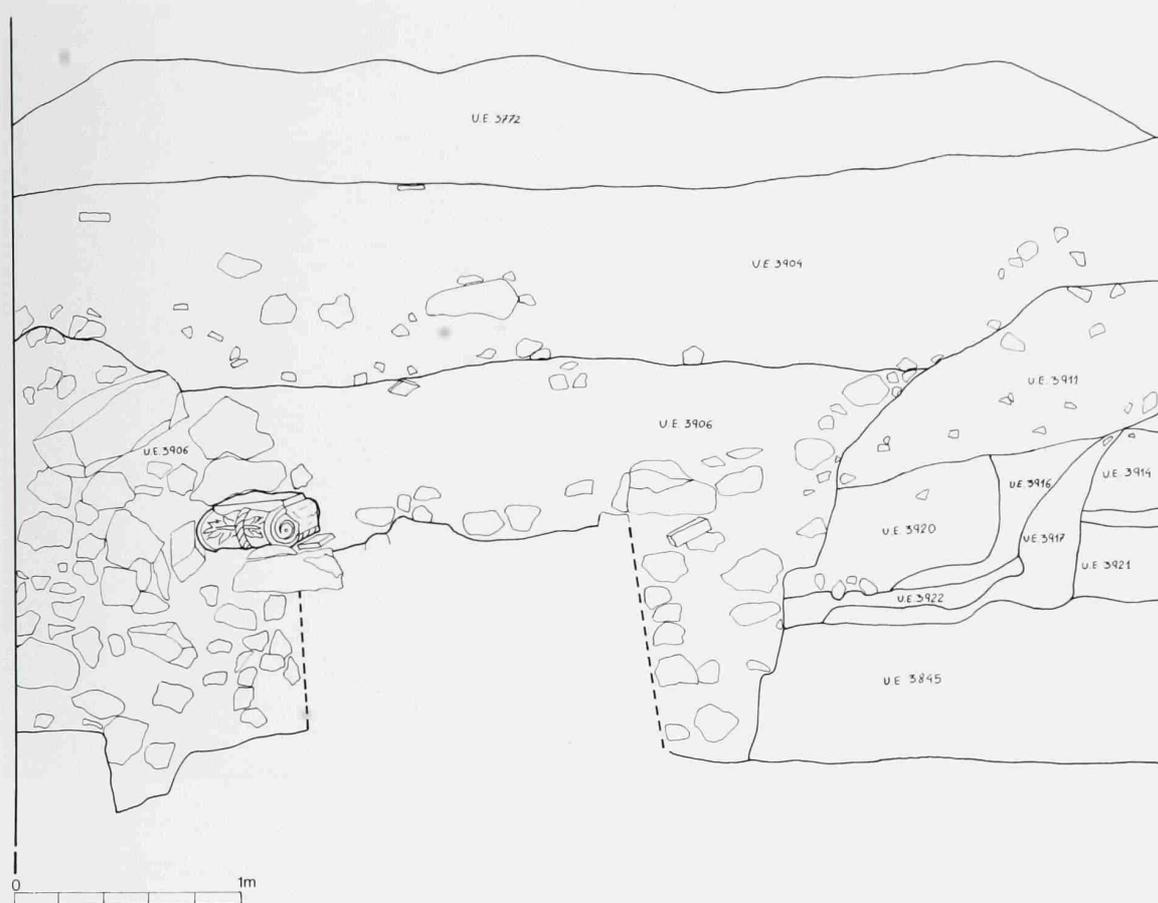


Fig. 12 – Corte estratigráfico observando-se o capitel jónico (peça n.º 1) (Praça da Figueira, 2001).

e independentes do todo arquitectónico, é uma ideia que, provavelmente, deverá ser relativizada, sobretudo quando nos encontramos em presença de produtos mais tardios, elaborados numa altura em que a plástica decorativa se encontrava mais liberta dos rígidos parâmetros que, pautando forma e conteúdo, eram característicos dos capitéis dos inícios do Império.

O contexto arqueológico em que estas duas peças foram encontradas não nos permite, de igual modo, elaborar grandes considerações. Com efeito, estes dois exemplares surgiram em contextos tardios, relacionados com a ocupação muçulmana do local hoje ocupado pela Praça da Figueira. Ambos foram reutilizados como material de construção nas paredes de um poço (zona Oeste da Praça) datável de época muçulmana. O exemplar n.º 1 surge-nos empregue na parede dessa estrutura (figs. 10 e 11), encontrando-se integrado nas camadas deposicionais que a envolviam<sup>18</sup> (fig. 12), enquanto que a peça n.º 2 foi reutilizada, como material de construção, nas

<sup>18</sup> Unidade estratigráfica n.º 3906.

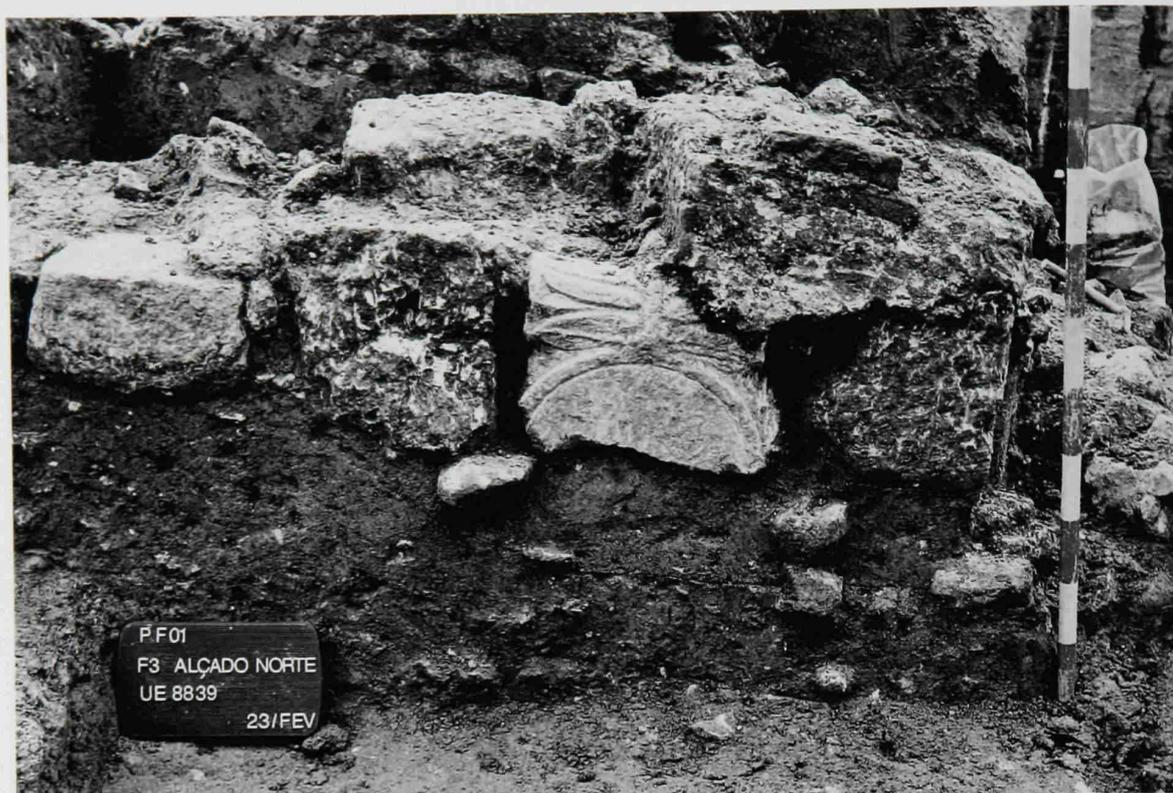


Fig. 13 - Capitel jónico *in situ* (peça n.º 2) (Praça da Figueira, 2001).



Fig. 14 - Capitel jónico *in situ* reaproveitado na parede do patamar de acesso a um poço de época muçulmana (peça n.º 2) (Praça da Figueira, 2001).

paredes de um pequeno pátio, ou patamar, de acesso ao poço<sup>19</sup> (figs. 13 e 14).

Pensamos que estes dois espécimes se relacionam com a anterior ocupação romana do local, concretamente com a sua vocação enquanto necrópole. Dentro deste quadro funcional, estas peças poderão, eventualmente, ter decorado mausoléus funerários de carácter privado, ainda que tal contexto não nos seja evidenciado pelas peças mas, tão só, pelo contexto funerário do espaço. Apesar de se tratar de peças distintas e, por tal facto, terem pertencido a diferentes monumentos, deverão – pelas características morfológicas, decorativas e respectiva cronologia – ter pertencido a um mesmo tipo de edifício e de idêntica dimensão.

O facto destes exemplares não apresentarem ábaco, para além de nos remeterem para cronologias mais tardias, como já referimos, leva-nos a considerar a hipótese de corresponderem a uma encomenda privada. A propósito dos capitéis jónicos sem ábaco e de reduzidas dimensões refere-nos Lézine que “Il est donc très probable que des chapiteaux sans abaque avaient déjà fait leur apparition dans les pérystiles des habitations privées à une époque où s’attardaient sans doute encore dans l’architecture monumentale de grands chapiteaux de marbre, à abaqués” (Lézine, 1968, p. 168). Não nos parece pois, ainda que se trate de um contexto sagrado/religioso, que estejamos em presença de uma encomenda pública, antes e como já referimos, pensamos tratar-se de uma encomenda privada para a decoração de pequenos mausoléus. Esta ideia não impede que se sublinhe a qualidade técnica evidenciada por estas peças o que nos remete para *ateliers* que seriam, na altura, localmente bem conhecidos.

Ainda a este propósito, não poderíamos deixar de mencionar um capitel jónico de Frielas, pertencente ao peristilo de uma *villa*, datável dos finais do séc. III (Fernandes, 2004, p. 21-36). Também aqui a morfologia é idêntica à dos espécimes de Lisboa: dimensões reduzidas, ausência de ábaco e rigidez dos *ornamenta*. Assistimos, no vertente caso, a “... uma *domus* decorada com mosaicos, capitéis e bases, que correspondem a uma encomenda do proprietário, realizada num dado momento e cujo objectivo seria a decoração da nova residência” (op. cit., p. 25). Encontramo-nos, de igual modo, perante uma encomenda privada destinada, neste caso à decoração de uma *villa*.

O pequeno módulo em presença evidencia, de igual modo, uma integração em pequenos edifícios onde desempenhariam, certamente, mais um papel decorativo que uma função estrutural no conjunto do monumento.

A possível reconstituição da ordem arquitectónica – integrando base, fuste

<sup>19</sup> Unidade estratigráfica n.º 8839.



Fig. 15 – Cornija *in situ* (peça n.º 3) (Praça da Figueira, 2001).

e capitel – não nos parece pertinente, uma vez que tais postulados somente se aplicam a peças que possuem todos os elementos constitutivos, isto é, ábaco, equino e, eventualmente colarinho. No caso vertente, a característica preponderante destas duas peças é, como já por várias vezes salientámos, a ausência do primeiro elemento. Desta forma, a aplicação dos preceitos vitruvianos, de forma a reconstituir teoricamente a total dimensão da fachada do edifício, depara-se-nos de incongruente aplicação<sup>20</sup>.

No que respeita à peça n.º 3 proveniente da Praça da Figueira, ela surge-nos em contextos atribuíveis ao último terço do séc. III (Fig. 15)<sup>21</sup>, momento em que se dá a primeira grande destruição da necrópole romana<sup>22</sup>. Este apontamento

<sup>20</sup> Bastará referir, a título de exemplo, que a altura do capitel jónico pulvinado deverá corresponder a metade da largura do ábaco e que o posicionamento dos diversos elementos no capitel e respectiva dimensão, se distribui pelo ábaco e volutas proporcionalmente (Maciel, 2006, p. 121).

<sup>21</sup> Unidade estratigráfica n.º 3945.

<sup>22</sup> Aguardamos os resultados da intervenção arqueológica deste local agradecendo, mais uma vez, aos Drs. Marina Carvalhinhos e Rodrigo B. Silva os dados facultados para a elaboração do presente trabalho.

cronológico fornece-nos uma datação *ante quem* para este exemplar, permitindo-nos apontar uma cronologia de meados/finais do séc. I para a sua realização. No séc. III o monumento onde este elemento se integraria terá sido destruído e os seus vários componentes abandonados preferindo-se então por distinta plástica decorativa que seguiria novos preceitos então em voga no Império.

## 5. OFICINAS DE PRODUÇÃO

Será difícil falar de centros de produção, ou de oficinas, para a cidade de Lisboa durante a época romana. Por um lado, porque os dados de que dispomos são extremamente diminutos, por outro porque a realidade certamente se alterou ao longo de tão vasto período de tempo. Com efeito, o falarmos de oficinas em laboração na cidade de *Olisipo* durante o séc. I, constitui, só por si, um tema demasiado complexo, mas a questão da sua permanência nos séculos seguintes é algo que, a nosso ver, segue contornos totalmente distintos<sup>23</sup>. As grandes obras públicas do início do Império, como terá sido o caso do teatro, certamente terão obrigado ao estabelecimento de oficinas nos locais, laborando em estaleiro, e respondendo a encomendas oficiais (Fernandes, 1997, vol. IV). Nos sécs. III e IV o panorama que supomos ter existido será distinto.

Os capitéis que temos vindo a analisar, pelas características que evidenciam – pequenas dimensões, abandono dos padrões decorativos clássicos, esquematização, menor qualidade técnica – apontam-nos para produções que deveriam depender de oficinas mais pequenas, provavelmente itinerantes, com uma componente operária na sua maioria de origem local. Mais especializadas umas que outras, algumas certamente possuiriam canteiros mais qualificados. Estes *ateliers* deveriam abundar na região do território olisiponense, dando resposta aos vários pedidos que existiam dentro e fora da capital e operando nas suas imediações. A itinerância destes centros produtores deveria ser uma das formas de rentabilização, estacionando provisoriamente em alguns locais, sobretudo perante o aumento de solicitação das *villa* nos arredores da cidade fazendo face a uma crescente ruralização que se começa a operar nos finais do Império<sup>24</sup>.

Pensamos que os capitéis jónicos provenientes do *territorium olisiponensis*

<sup>23</sup> No trabalho apresentado em 1997 tratámos este assunto com alguma exaustão (Fernandes, 1997, vol. IV, p. 235-279). Remetemos, pois, para tais considerações, as quais tentam delinear uma evolução cronológica dos vários centros oficinais / oficinas para a cidade de Lisboa desde o séc. I até aos finais do séc. IV. Outros centros são propostos e respectivamente analisados na obra acima referida, como é o caso das oficinas *ammaiensis*, eborenses e as do séc. II na zona Oeste da Lusitânia ocidental.

<sup>24</sup> Cf. a este propósito Alonso Sánchez, *et al.*, 1983, p. 67-87.

que agora referimos se inscrevem dentro deste quadro. Isto é, produtos de uma oficina local, de média qualidade que trabalhava com encomendas particulares. Vislumbra-se uma preocupação dos proprietários em seguir os modelos em voga nesta zona do Império, procurando uma certa ostentação mas sem que os respectivos proventos económicos pudessem aceder a produtos de maior distinção. No que respeita às *villae*, encontra-se subjacente uma tentativa de recriar os modelos de vida citadinos, traduzindo numa escala distinta os ensejos e gostos de uma classe que começa, nos finais da época romana, a deter cada vez mais importância numa sociedade em transformação.

Esta multiplicidade de centros obriga-nos a pensar em outras questões para as quais, já em 1988 e pertinentemente, Jorge Alarcão havia colocado a tónica, no sentido de "... distinguir entre oficina e estilo regional eventualmente adoptado por duas ou mais oficinas locais de cantaria" (p. 137). Se tal questão se coloca em termos generalistas para a totalidade do território e percorrendo, transversalmente, toda a época romana, ela colocar-se-á, de forma mais evidente, para os sécs. III e IV. Acreditamos, e face às evidências de que temos conhecimento, que deveria existir um repertório formal, técnico e decorativo relativamente homogéneo para todas as oficinas, conferindo aos respectivos produtos um certo "ar de família". No entanto, a pouca rigidez ornamental que regeria estas oficinas, precisamente pela sua proliferação, suscitaria algumas particularidades técnicas e decorativas que justamente poderão ser consideradas como um verdadeiro cunho diferenciador. Esta ideia é-nos indiciada, por exemplo, em alguns detalhes ornamentais em capitéis corintizantes do séc. II, o que nos leva a supor que, no caso dos capitéis jónicos e em períodos mais tardios, tal se tenha de igual modo verificado de forma mais vincada (Fernandes, 1997, vol. II e III, peças n.ºs 98-103 e 106; vol. IV, p. 264-278; para o capitel da Casa dos Bicos *vide* igualmente Fernandes, 1999a, p. 113-135).

Importa referir o material em presença, ou seja a matéria-prima empregue nestes exemplares. Ainda que, na globalidade, se trate de pedra local – calcário – o tipo de pedreiras a que se recorreu tem grandes diferenças. Se observamos, nos inícios do Império, o recurso à pedra local, geralmente com grandes imperfeições no que diz respeito à homogeneidade do material em causa, essas características seriam sabiamente camufladas com o recurso ao estuque, depois pintado, no qual eram feitos os *ornamenta* que seguiam os léxicos em voga. Este modelo é o que constatamos nos capitéis do teatro romano de *Olisipo* (Fernandes, 1997, peças n.ºs 46-50; Fernandes, 2001), nos capitéis que decoram os edifícios públicos da primeira fase edificativa de *Emerita Augusta* (Trillmich, 2003, p. 321), ou ainda os detectados no *porticus post scaenam* do teatro de Itálica, (Rodríguez

Gutiérrez, 2000, p. 307-317 + Lám.)<sup>25</sup>. Esta característica enquadra-se na detectada no actual território espanhol, e não apenas na capital da província da Lusitânia onde “... en los primeros momentos de la decoración arquitectónica el material predominante fue la piedra local com revestimento de estuco”, sendo o emprego do mármore apenas constatado em quatro exemplares (Gutierrez Behemerid, 1988, p. 112).

Gostaríamos de chamar a atenção para esta questão da substituição do tipo de material a que múltiplas vezes fazemos referência, não apenas aqui mas em outros trabalhos relacionados com o tema. Com efeito, o facto de referirmos amiúde que subjaz uma alteração de gosto, não significa que esse seja, exclusivamente, o único motivo. A este propósito, a tónica deixada por Pierre Gros na tradução do mármore como uma “... exige nouvelle, et durable” (Gros, 1976, p. 69) constitui, a nosso ver, uma correcta colocação da questão, sublinhando o facto de que os verdadeiros motivos desta alteração serão bem mais profundos e complexos.

Nas peças de época mais tardia, no entanto, as premissas encontram-se alteradas. A questão, a colocar-se, não será o tipo de material em uso ou a decoração orgânica decalcada dos modelos originais, mas a camuflagem não física que lhe é conferida. Numa altura em que a respectiva função estrutural, arquitectónica e simbólica se alteram por completo, a presença dos capitéis basta-se a ela própria. Nestas peças não presenciamos pois, nem a pedra local revestida a estuque, nem o emprego do mármore. Sem excepção, as peças jónicas de Lisboa enquadráveis nos sécs. III ou IV, utilizam um calcário mais ou menos uniforme, por vezes venado o qual, eventualmente, poderá ser confundido com o mármore. Assim é nos capitéis da Praça da Figueira que agora analisamos; num da Rua das Canastras, um outro dos arredores de Lisboa (Fernandes, 1998, p. 221-284 n.ºs 5 e 6), ambos em calcário branco bastante homogéneo; num capitel do séc. IV proveniente do Claustro da Sé de Lisboa, talhado num calcário branco semelhante a mármore (Fernandes, 1997 n.º 56); numa peça das termas cassianas, que utiliza um calcário uniforme, de boa qualidade, de cor branca e num capitel da *villa* de Frielas (Fernandes, 2004, p. 21-36). Esta alteração do tipo de material poderá ter tido início na segunda metade do séc. I ou inícios da seguinte centúria. Esta cronologia é-nos dada por um balaústre de capitel jónico do teatro de *Olisipo*, em calcário

<sup>25</sup> Os exemplos são numerosos. Assiste-se nas províncias, mas também na própria capital do Império, a uma técnica de decoração arquitectónica, perfeitamente identificada, que emprega a pedra local estucada. Este método, técnica, forma, só será suplantada nos inícios do séc. I pela conquista do mármore. Sobre este tema poderá consultar-se Gros, 1976, p. 53-77 e Zanker, 1992.

branco, do qual tivemos conhecimento há pouco tempo e que poderá indicar uma cronologia *ante quem* para a adopção do novo tipo de material<sup>26</sup>.

No que respeita ao exemplar de Frielas, esta situação é tanto mais evidente se atentarmos no material empregue no capitel e bases encontrados no local. Com efeito, se naquele é empregue um calcário rosa, venado a rosa mais escuro que se mistura com veios de tonalidade mais clara, constatamos que as bases, ao invés, são na sua totalidade brancas sem qualquer tipo de veios, ostentando uma homogeneidade que contrasta com o material empregue no capitel. Assim sendo, poderemos dizer que a matéria-prima empregue é-o de forma criteriosa, prescrutando-se uma intencionalidade na escolha do material que privilegia a cor e textura e descarta os *ornamenta* a inscrever nas peças. O distinto material, mas também o talhe diferenciado que se constata no capitel e nas bases, leva-nos a colocar a hipótese de nos encontrarmos perante distintas oficinas. Este aspecto pode aduzir algumas considerações quanto ao tipo de laboração das oficinas deste período. Pensamos, deste modo que, a par do facto de nos encontrarmos perante oficinas relativamente modestas, deveria existir uma acentuada diversidade em termos de especialização. No exemplo que acabamos de referir, cremos que as bases e o capitel encontrados em Frielas provêm de oficinas distintas ainda que similares em termos de organização produtiva.

Em todas as peças que acima referimos, não nos parece que tenha havido qualquer revestimento de estuque. Tais preceitos, certamente esquecidos, não estariam em voga desde há muito e obrigariam, por outro lado, à contratação de estucadores especializados.

As oficinas em laboração durante os sécs. III e IV deveriam contar com poucos elementos fixos. Cremos que neste tipo de oficinas, que deviam ser múltiplas, ainda que de pequena dimensão, como referido, a mão-de-obra não especializada era recrutada nos locais onde as oficinas estacionavam. Esta lógica de funcionamento não será apanágio das oficinas tardias. Com efeito, já Pierre Gros havia chamado a atenção para o facto de, nos inícios do reinado de Augusto “... la main-d’oeuvre courante devait rester entièrement régionale, et se former progressivement à l’intérieur de cadres de plus en plus structurés ...” (1976, p. 68).

No caso vertente, e tendo em atenção o longo caminho percorrido desde a

<sup>26</sup> Outros fragmentos de capitéis do mesmo local podem-se enquadrar nesta baliza cronológica num total de 10 fragmentos. Encontra-se em publicação uma análise detalhada e uma nova interpretação realizada sobre os capitéis deste monumento intitulada “Sobre a decoração arquitectónica do teatro romano de Lisboa: a propósito dos desenhos dos séculos XVIII e XIX”.

longínqua época de Augusto, os artífices seriam obviamente locais, se assim entendermos as multiproveniências de uma população cuja origem deveria ser tão variada quanto os destinos de Império tão vasto.

Os dois capitéis encontrados na Praça da Figueira não terão sido produzidos numa mesma oficina. O tipo de talhe, as soluções técnicas, decorativas e o repertório dos *ornamenta* que ostentam, indicam-nos centros produtores distintos. Estas diferenças não poderão, por outro lado, ficar a dever-se, simplesmente a diferentes mãos. As dificuldades em conseguir encomendas ou a concentrar o maior número delas, certamente não se condoeria em especializar canteiros na realização de folhas ou na delineação dos óvulos. Especialização, nos sécs. III e IV, era certamente um fenómeno ausente nas oficinas de pequena dimensão que alimentavam círculos citadinos, ou das suas imediações, numa época em que as encomendas oficiais eventualmente se tornavam mais raras.

A peça n.º 3 enquadra-se, de igual modo, nas considerações agora expostas. Este elemento, realizado em pedra de lioz, denuncia o emprego de um material de certo modo elitista: uma pedra que, se bem que local, denuncia uma intencionalidade na sua escolha e se afasta de soluções anteriores que recorrem ao calcário fossilífero (biocalcarenito) revestido a estuque. A dimensão e qualidade do espécime, no entanto, poderá fazer-nos colocar a hipótese de se tratar de uma encomenda oficial.

## 6. A DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA NO *MUNICIPIUM OLISIPONENENSIS*

Não pretendemos com as considerações que a seguir apresentamos delinear um panorama geral sobre a decoração arquitectónica da cidade de *Olisipo*. Não que o não queiramos realizar mas, tão somente, porque os poucos dados de que dispomos não nos permitem tal tarefa ou, por essa mesma razão, nos poderão induzir a ideias erróneas pela simples ausência de informações. Deste modo, com base nos poucos exemplares que conhecemos, só nos permitimos a elaboração de algumas linhas evolutivas sobre a utilização do capitel jónico no território olisiponense em épocas tardias. Este panorama sublinha-se no que respeita ao actual território nacional<sup>27</sup> e é igualmente constatado no restante território Hispano, aspecto para o qual já Gutierrez Behemerid havia chamado a atenção

<sup>27</sup> Continua por fazer um exaustivo levantamento nacional no que respeita a este tipo de peças. As que conhecemos, em número inusitadamente elevado para a área centro de Portugal – fruto da investigação realizada em 1997 centrada em cento e dezasseis peças (Fernandes, 1997) – permite-nos supor uma complexidade que não caberá enquadrar numa visão simplista de “plástica provincial” mas antes numa criatividade e adaptabilidade aos modelos importados não tidas em conta, até ao momento, na investigação arqueológica.

ao afirmar, relativamente à preferência por esta ordem arquitectónica, "... no podemos saber si el orden jónico se utilizaba de modo preferente en algún tipo concreto de edificios" (G. Behemerid, 1988, p. 112).

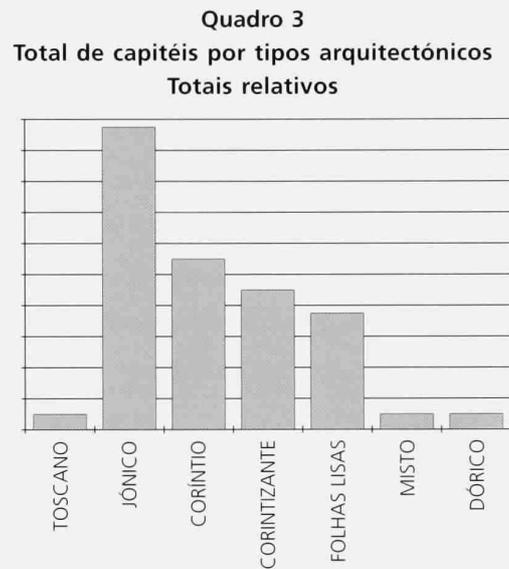
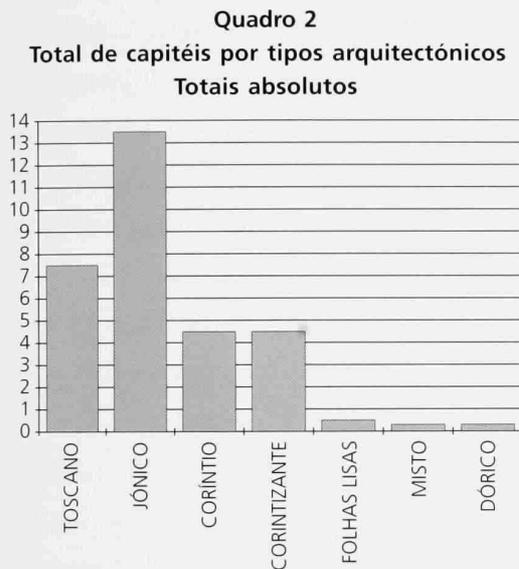
**Quadro 1 – Capitéis de Lisboa e arredores (*territorium olisiponensis*)**

N.º	Proveniência	Ordem Arquitectónica	Cronologia
1	Sacavém (Loures)	dórica	séc. I / II
2-a	teatro romano de Lisboa	jónica	in. séc. I
2-b	teatro romano de Lisboa	jónica	in. séc. I
2-c	teatro romano de Lisboa	jónica	in. séc. I
2-d	teatro romano de Lisboa	jónica	in. séc. I
2-e	teatro romano de Lisboa	jónica	in. séc. I
3	teatro romano de Lisboa	jónica	2.ª met. séc. I/II (?)
4	Rua das Canastras	jónica	séc. III (2.ª metade ?)
5	Praça da Figueira	jónica	2.ª met./finais séc. III
6	Praça da Figueira	jónica	finais séc. III / in. IV
7	arredores de Lisboa	jónica	finais séc. III / in. IV
8	S. Miguel de Odrinhas	jónica	finais séc. III / séc. IV
9	Frielas	jónica	finais séc. III / in. IV
10	Rua das Pedras Negras	jónica	finais séc. III / séc. IV
11	Sé de Lisboa	jónica	séc. IV
12	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-a	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-b	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-c	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-d	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-e	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-f	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
12-g	teatro romano de Lisboa	toscana (?)	in. séc. I
13	Runa (Torres Vedras)	coríntia	séc. I
14	Faião	coríntia	séc. I
15	Rua das Padarias	coríntia	séc. II (1.ª metade)
16	Rua das Padarias	coríntia	séc. II (1.ª metade)
17	Castelo de Lisboa	coríntia	séc. III (finais)
18	Casa dos Bicos	corintizante	séc. II (meados)
19	Freiria (Cascais)	corintizante	séc. II (meados)
20	S. Miguel de Odrinhas	corintizante	séc. II (finais)
21	S. Miguel de Odrinhas	corintizante	séc. II (finais)
22	arredores de Lisboa*	corintizante	séc. IV
23	Sacavém (Loures)	coríntio de folhas lisas	séc. II (finais)
24	arredores de Lisboa*	coríntio de folhas lisas	séc. IV (in.)
25	S. Miguel de Odrinhas	misto	séc. II (1.ª metade)

\*Trata-se de um capitel existente nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia que apenas possui esta referência quanto à sua proveniência. Esta nota aplica-se às restantes peças que referimos nestes quadros e que possuem a mesma designação (exemplares n.º 22 e n.º 24).

No que respeita ao *territorium olisiponensis*, temos identificadas, até ao momento, trinta e seis peças que se distribuem por todas as ordens arquitectónicas: dórica, toscana, jónica e coríntia com as respectivas variantes desta última, ou seja: capitel corintizante, misto e composto (Quadro 1).

Na observação do número de ocorrências destaca-se, claramente, uma predominância dos capitéis jónicos e, possivelmente, de peças toscanas em *Olisipo*, ainda que o número dos primeiros decresça na área de jurisdição da cidade.



Quanto aos exemplares toscanos estes referem-se aos capitéis do teatro romano que, até ao momento, haviam sido considerados como coríntios, classificação da qual comungámos por muito tempo (Fernandes, 1997; Fernandes, 2001, p. 29-51). Uma leitura mais acurada destas peças e, sobretudo a comparação com peças similares de outras cidades romanas do actual território nacional, levaram-nos a apresentar uma nova perspectiva sobre estes exemplares, a qual apresentaremos em trabalho próximo<sup>28</sup>. Ainda que mantenhamos algumas reservas relativamente a esta nova classificação, cremos, a confirmar-se, ser extremamente curioso o facto de a ordem jónica e toscana suplantar qualquer outro tipo arquitectónico em *Olisipo* (Quadro 2). No entanto, dos catorze capitéis jónicos, cinco de entre eles detêm a mesma cronologia e pertencem ao mesmo edifício – o teatro – o que igualmente sucede no que se refere aos capitéis toscanos provenientes do mesmo local. Assim, se adoptarmos como uma única entrada os cinco capitéis de igual cronologia do teatro (Quadro 3), o mesmo acontecendo para as outras peças deste monumento, o número de exemplares

<sup>28</sup> Cf. n.º26.

diminui, resultando, deste modo, num total de dez peças jónicas (Quadro 4).

Nos capitéis jónicos da região de Lisboa, apesar de se observarem pormenores decorativos diversos, é nítida uma certa similitude entre as várias peças. Do total de catorze exemplares jónicos, seis de entre eles são atribuíveis a épocas tardias – sécs. III/IV – enquanto que os restantes se, por um lado poderão ser entendidos como menos representativos – uma vez que, como já referimos, pertencem a uma mesma época e a um mesmo edifício: o teatro, por outro, são de extrema importância, uma vez que decorariam um dos principais edifícios públicos da cidade correspondendo certamente, e por esse motivo, a uma encomenda oficial. Neste contexto, depara-se-nos de veras importante o facto de estarem documentados capitéis jónicos para este edifício em época posterior – peça n.º 3, da 2.ª metade do séc. I ou dos inícios do séc. II (Quadro 4) bem como outros dez fragmentos que, pela sua pequena dimensão, não incluímos na tabela – o que nos confirma a manutenção da ordem jónica neste edifício público numa época em que a ordem coríntia havia sido definitivamente adoptada em detrimento daquela. Com efeito, no período que medeia entre os inícios da primeira centúria – quando é edificado o teatro – e o séc. III, não temos registo de qualquer outro exemplar enquadrável nesta ordem na região de *Olisipo*.

**Quadro 4 – Contexto arquitectónico dos capitéis jónicos da área de Lisboa (*territorium olisiponensis*)**

N.º	Local	Contexto	Edifício	Cronologia
2-a	Lisboa	edifício público	teatro	inícios séc. I
2-b	Lisboa	edifício público	teatro	inícios séc. I
2-c	Lisboa	edifício público	teatro	inícios séc. I
2-d	Lisboa	edifício público	teatro	inícios séc. I
2-e	Lisboa	edifício público	teatro	inícios séc. I
3	Lisboa	edifício público	teatro	2.ª met. séc. I (?)
4	Lisboa	edifício privado	?	séc. III
5	Lisboa	edifício privado	edifício funerário	séc. III/IV
6	Lisboa	edifício privado	edifício funerário	séc. III/IV
7	Lisboa: arredores	edifício privado?	?	finais séc. III/in. IV
8	S. Miguel de Odrinhas	edifício privado	villa	finais séc. III/IV
9	Frielas	edifício privado	villa	finais séc. III/in. IV
10	Lisboa	edifício público (?)	termas (?)	finais séc. III/séc. IV
11	Lisboa	?	?	séc. IV

Convém igualmente assinalar a possível atribuição a esta época de um capitel jónico de Tróia ainda que apenas dele tenhamos conhecimento através de uma pequena notícia apresentada por A. Marques da Costa, em 1931. Escreve-nos o autor que, por ocasião de remoções de terra do proprietário daqueles terrenos, foram encontradas “... várias colunas com seus capitéis talvez fazendo parte do

peristilo de algum átrio, sendo a maior parte dos capitéis no estilo clássico coríntio e outra parte no estilo jónico, que tem sido chamado de antigo” (1930-31, p. 17, fig. 29)<sup>29</sup>. Pela imagem que o autor apresenta trata-se, com efeito, de uma peça canónica com *kyma* decorado com três semi-óvulos e com pontas de flecha. A parte inferior do *kyma* apresenta um colarinho decorado com óvulos e dardos, bem delineados, e o *pulvinus* parece apresentar folhas de água alongadas, com terminação lateral em voluta de amplo enrolamento. Não obstante esta imagem, a sua qualidade não nos permite aferir da sua cronologia, bem como se torna difícil a percepção da morfologia do ábaco deparando-se-nos igualmente impossível a identificação de um outro elemento na parte inferior da peça<sup>30</sup>. Por estas razões não incluímos este exemplar no conjunto dos espécimes considerados para o *territorium olisiponensis* que a seguir abordamos e considerados nos quadros em anexo.

Apesar de desconhecermos a totalidade de exemplares existentes no território nacional, aqueles de que temos conhecimento<sup>31</sup> indicam-nos uma maior ocorrência de peças jónicas em dois períodos bem definidos: nos inícios do Império e nos finais do mesmo<sup>32</sup>.

Este fenómeno não significa que a ordem arquitectónica em apreço tenha deixado de ser conhecida, antes se prenderá, provavelmente, com a pouca diversidade decorativa que este tipo de ordem possibilitava, o que terá levado a que fosse preterida por outras peças que possibilitavam uma maior exuberância ornamental. Não nos poderemos esquecer, de igual modo, que o pequeno módulo destes exemplares, assim como a decoração pouco vistosa que exibiriam, constituem-se como motivos que terão concorrido para o seu posterior reaproveitamento ou, simplesmente, para a sua destruição já que reutilizados enquanto matéria-prima.

A um decréscimo de espécimes jónicos assistimos, nas centúrias que medeiam entre os inícios do séc. I e os sécs. III e IV, a uma superioridade numérica de

<sup>29</sup> O estilo “jónico antigo” designado pelo autor refere-se à distinção entre o jónico itálico e o jónico canónico. A diferença estabelece-se na decoração das quatro faces do capitel onde, no primeiro caso, são todas iguais (com quatro volutas e repetindo-se a decoração com óvulos em todas elas) e, no segundo caso, onde a decoração é igual nas faces opostas, ou seja: capitel com dois balaústres ou *pulvini* e as outras duas faces com equino decorado por *kyma* de óvulos e respectivos elementos separadores. Curiosamente, o capitel dito jónico itálico é mais antigo, ainda que seja a este tipo de capitel que o autor designa por “jónico moderno” (op. cit., p. 17 e 18). Ainda sobre este tipo de peças, as suas características devem-se a um forte contributo helenístico embora, segundo alguns autores, deva constituir o tipo mais arcaico do capitel de tradição itálica (Gutierrez Behemerid, 1992, p. 39-40).

<sup>30</sup> Com efeito, não conseguimos perceber se se trata de parte do sumoscapo ou de uma gola.

<sup>31</sup> Ainda que o trabalho que temos vindo a desenvolver sobre os capitéis em Portugal seja mais exaustivo na área delimitada pelas duas vias que ligavam *Emerita Augusta* a *Olisipo* – a Norte pelo rio Tejo, passando por Abrantes e Santarém e a Sul pelas cidades de Alcácer do Sal e Évora (vide para o efeito Fernandes, 1997), temos conhecimento de outros capitéis na restante área do actual território nacional parecendo-nos ser, por esta razão, pertinente a presente afirmação.

<sup>32</sup> Esta ideia afasta-se da defendida por Gutierrez Behemerid (1992, p. 56) que aponta um decréscimo de produção em época tardia para o actual território espanhol, ao contrário do que acontece no restante Império.

exemplares coríntios e seus congéneres, isto é, capitéis corintizantes, coríntios de folhas lisas, capitéis compósitos e mistos.

Se analisarmos o Quadro 1 observamos a presença, no séc. II, de dois capitéis coríntios, quatro capitéis corintizantes, um de folhas lisas e outro misto, perfazendo um total de oito peças, número que é evidenciado, de igual modo, pela ausência de peças jónicas.

Depara-se-nos de difícil explicação este fenómeno, ainda que nos pareça evidente que, nos inícios do Império, a herança helenística fosse bastante mais marcante. Se, no séc. II, assistimos, no centro do Império, a uma renovação da decoração arquitectónica – fruto de revivalismos dos tempos áureos da civilização grega e helenística – observamos nas províncias mais longínquas que tais efeitos de contraste de volumes e de claro/escuro são conseguidos pela adopção da ordem coríntia e seus derivados, onde, através dos motivos vegetalistas que emprega, mais facilmente se conseguem obter planos alternados. Ainda em relação a esta influência helenística – operada quer no centro do Império quer nas províncias mais distantes – convém não esquecer a presença de um elevado número de população de origem grega na cidade de *Olisipo*. A este propósito, refere-nos Vasco Mantas que “... Lisboa concorre com a maior concentração de antropónimos gregos do território português (...) Embora uma parte destes nomes possa resultar de uma corrente cultural helenizante ...” (1990, p. 165 e 166).

Uma outra questão prende-se com a técnica executiva evidenciada nestes exemplares. Os capitéis jónicos referenciados para os inícios do séc. I são todos eles – num total de cinco – provenientes do teatro de Lisboa. Actualmente não possuem qualquer decoração uma vez que a mesma era realizada em estuque. As peças resumem-se, deste modo, a blocos de biocalcarenito onde se encontram apenas esboçadas as partes constitutivas do capitel. Esta técnica decorativa, que emprega o estuque como capeamento do corpo do capitel, corresponde a uma tradição recuada. Observamos tal solução em peças de Óstia de época republicana, em capitéis de Córdova e de Mérida ou, mais próximo de nós, num capitel jónico de Évora (Gonçalves, Hauschild, Teichner, 2003; Fernandes, 1997, vol. II, p. 179-184). Esta técnica é-nos sublinhada pela presença de capitéis toscanos também no teatro, ordem arquitectónica que tem o apanágio do revestimento a estuque. Confirmando-se a classificação de se tratar de peças toscanas, sublinha-se a ideia de uma cronologia recuada para o monumento, bem como da intencionalidade na manutenção de ordens arquitectónicas que podemos designar como “arcaicas”: a toscana, de influência itálica e a jónica revestida a estuque.

O templo de Évora apresenta-nos uma solução de transição. Aqui, os capitéis de ordem coríntia, assim como as bases, são realizados em mármore ao invés do

que se observa nos fustes canelados os quais empregam o granito com revestimento de estuque. Datado este templo da época de Augusto (Hauschild, 1992, p. 108 e ss.), ou possivelmente de época algo mais tardia (Hauschild, 2002, p. 218), poderíamos integrá-lo num primeiro momento de materialização do poder político, onde os novos edifícios – feitos à semelhança dos do centro do Império – plasmam a nova autoridade, constituindo verdadeiros símbolos da romanização.

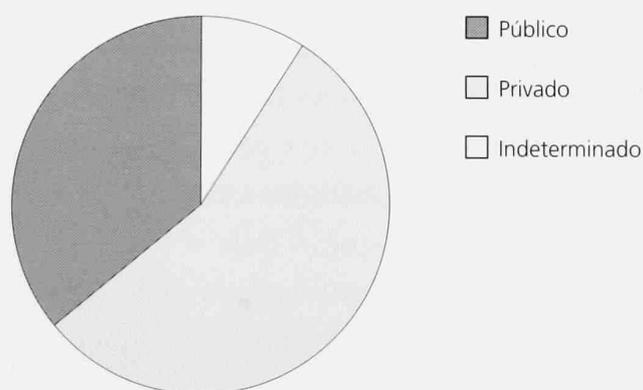
Esta plástica decorativa que emprega a ordem jónica não será a mesma, no entanto, que encontramos em épocas tardias, verificando-se, subjacente, uma filosofia ornamental distinta em cada uma das épocas.

Assim, se assistimos no início do Império à elaboração de capitéis jónicos, de grandes proporções, realizados em pedra local revestida a estuque, rapidamente esta técnica será substituída por outras soluções. O capitel jónico apenas voltará a atrair as atenções quando as peças diminuïrem de tamanho e quando a decoração for realizada no próprio bloco pétreo. Esta decoração, não obstante, será entendida mais como um baixo-relevo, produzindo uma ornamentação esquemática, ao invés da decoração orgânica, que exigiria um amplo conhecimento das temáticas e regras decorativas pertença dos *ateliers* definidores da plástica imperial.

Capitéis da ordem arquitectónica jónica de época tardia são sinónimo, desta forma, de peças de pequenas dimensões, geralmente sem ábaco, decoradas esquematicamente e quase sempre correspondendo a encomendas privadas.

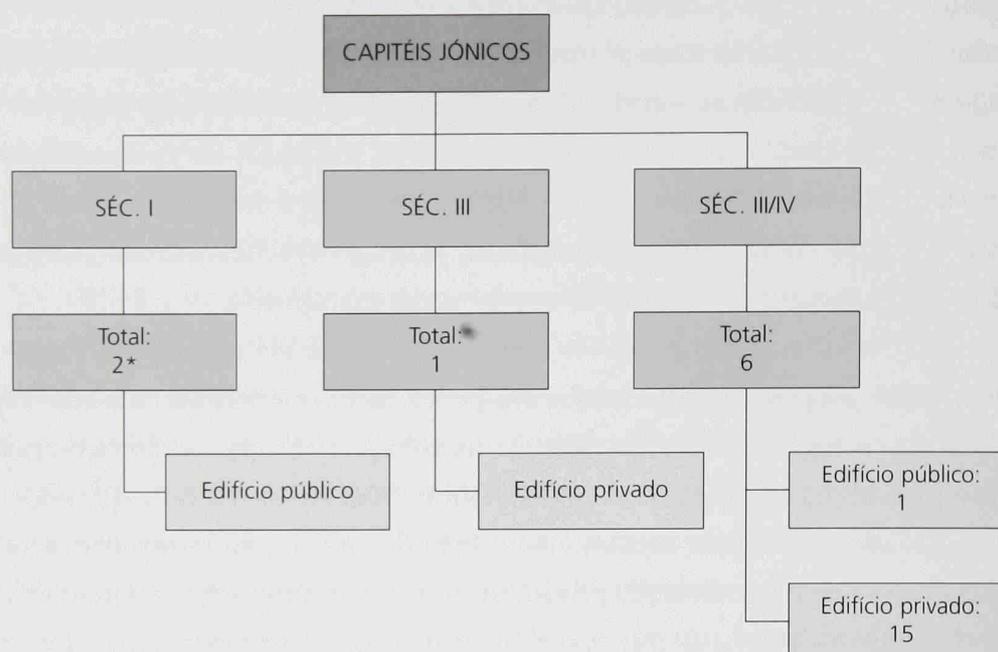
Obviamente que não poderemos assegurar que todos os capitéis que agora referimos – jónicos de época tardia da região de Lisboa – se incluam em encomendas privadas, não se destinando à decoração de edifícios públicos. Os contextos em que as peças apareceram não nos elucidam sobre tais aspectos ainda que possamos deduzir algumas integrações arquitectónicas (Quadros 5 e 6).

**Quadro 5**  
**Gráfico de distribuição**



**Nota:** No número de peças incluídas no sector público consideraram-se os cinco dos seis capitéis do teatro romano como uma entrada.

**Quadro 6**  
**Distribuição dos capitéis jónicos ao longo da época romana**



\* Consideram-se cinco dos seis capitéis jónicos do teatro como uma única entrada.

O exemplar proveniente de Odrinhas, e que datamos da última metade do séc. III/séc. IV, surgiu na intervenção arqueológica realizada naquele local em 1988, em níveis sem contexto definido mas atribuíveis a essa época. Apesar de não ter sido encontrado *in situ* pensamos que terá pertencido a uma das últimas fases daquela *villa* romana. Neste caso a qualidade do exemplar é nitidamente fraca, quer no que respeita ao talhe da peça quer à decoração que ostenta, a qual é levada a uma esquematização extrema<sup>33</sup>.

No que respeita às peças da Praça da Figueira, ainda que as mesmas tenham surgido em níveis medievais, como referimos, pensamos que se integrariam em contextos arquitectónicos da necrópole romana que existiu naquele local, possivelmente decorando pequenos mausoléus mandados edificar por famílias abastadas.

Resta-nos tentar perceber de que modo as peças que temos vindo a analisar, se integrariam arquitectonicamente no contexto da necrópole romana que funcionou durante longo período no que é hoje a Praça da Figueira. Pelas cronologias propostas, temos de considerar isoladamente os dois capitéis jónicos, de um mesmo período, do fragmento de cornija claramente de época mais recuada. Todos

<sup>33</sup> Sobre este exemplar *vide* Fernandes, 1997, Vol. II p. 209-214 e Vol. III n.º 55.

eles, no entanto, deverão ter pertencido a monumentos funerários que terão pautado este espaço simbólico e religioso, ainda que respondam, em termos decorativos a momentos distintos, a uma diacronia ocupacional que pautou, ao longo de, pelo menos quatro séculos, esta área da cidade.

Monumentos funerários com emprego de ordens arquitectónicas são comuns por todo o Império Romano. Obviamente que Roma, com a sua Via Ápia, será o paradigma deste tipo de arquitectura, onde os múltiplos exemplos nos poderão fornecer um *port-folio* improvável de igualar. Se bem que dificilmente consigamos imaginar paisagens como as fornecidas pelas vedutas dos sepulcros da Via Ápia de Giovanni Battista Piranesi, a temática e a forma deveria rivalizar na imagética romana. Sarcófagos, templetos, torres, mausoléus, cipos, estelas, obeliscos, colunas pautariam o espaço, envolveriam as vias e atrairiam os olhares de quem passava.

A materialização do mundo dos mortos é tão mundana como a dos vivos! Mas, neste caso, ultrapassa-a. Já Pierre Gros referia que “aucun secteur de l’Architecture Romaine n’est moins r’eductible à une typologie que celui des monuments funéraires” (2001, p. 380).

Que monumentos poderão ter integrado aqueles dois capitéis é uma questão à qual não sabemos responder. Poderá pensar-se num dístico, em qualquer tipo de edícula de razoáveis dimensões<sup>34</sup>, naomorfos, ou mesmo templos. Ou seja, uma multiplicidade de edifícios cuja diversidade aumenta sobretudo “... en época tardorromana, donde aparecen con una amplia gama de variantes, que incluye grandiosos conjuntos monumentales y pequenos edificios ...” (Abad Casal, 1991, p. 8).

No caso da arquitectura funerária olisiponense, o que conhecemos restringe-se a alguns capeamentos de ara. No que respeita ao *territorium* de *Olisipo*, existem peças deste tipo encontradas em Torres Vedras<sup>35</sup> (2), Mafra (4), Sintra (11), Cascais (3) e em Loures (1), num total de vinte e um exemplares<sup>36</sup> (Vieira, 1998) sendo a região

<sup>34</sup> Este monumento funerário é o mais frequente e não somente em território hispano. No que respeita ao caso de Córdova, afirma Carlos Marquez que “... en el catálogo de edificios funerarios cordobeses, la edicola es el más representado ...” (2002, p. 226).

<sup>35</sup> Temos conhecimento de um capeamento de ara e de uma outra peça, a qual, dificilmente, poderá ser interpretada como tal. A sua morfologia leva-nos a classificá-lo mais como um cipo anepígrafo decorado sem que possuísse um outro bloco subjacente. Pela sua funcionalidade, não obstante, incluímo-la neste tipo de peças, ainda que de cronologia bastante mais avançada.

<sup>36</sup> Sobre estas peças, as quais seguidamente mencionaremos mais detalhadamente, poderá consultar-se o trabalho de Carlos Vieira onde faz um levantamento exaustivo das mesmas. Remetemos para a bibliografia aí indicada, a fim de não nos alongarmos neste tema. Apesar do esforço na recolha exaustiva, lamentavelmente, não apresenta quaisquer conclusões no que respeita à evolução morfológica e cronológica dos espécimes. As datações que indica, algumas, em nossa opinião, um pouco discutíveis, permitiriam uma análise global destas peças no âmbito da decoração arquitectónica funerária. Alguns erros na interpretação de alguns dos *ornamenta* que estes espécimes ostentam, põe em causa algumas das conclusões que elabora (Vieira, 1998).

de Sintra a que concentra, incomparavelmente, um maior número de capeamentos de ara: na localidade de Faião foram encontrados cinco exemplares; um em S. Miguel de Janas; dois no Funchal; um em S. Miguel de Odrinhas e outro em Sintra.

De Mafra há a referência de uma peça na Igreja Nova; de uma outra na Igreja Matriz de Cheleiros, uma em S. Miguel de Alcaíça e, por último, outra na Ericeira.

De Cascais provêm dois espécimes da Quinta de Manique (Alcabideche) e um outro de Areias. Por último, de Loures, mais concretamente da Póvoa de St.º Adrião, chega-nos um outro capeamento.

Quanto à cidade de Lisboa, as peças que possuímos são em menor número, restringindo-se a quatro exemplares: um proveniente do Castelo de S. Jorge<sup>37</sup>; um outro encontrado na Casa dos Bicos<sup>38</sup> (Fernandes, 1999a, p. 113-135); um fragmento de capeamento recentemente detectado na Rua da Saudade<sup>39</sup> e, finalmente um outro que se encontra no Palácio Fronteira (S. Domingos de Benfica) (Fernandes, 1996, p. 179-187). De ressaltar, no entanto, que em relação a esta última peça, desconhecemos qual a respectiva proveniência<sup>40</sup>.

Este tipo de monumentos funerários depara-se-nos assaz curioso não apenas pela morfologia, muito análoga à dos capitéis jónicos mas, de igual modo, pela rigidez dos motivos que emprega. Percebe-se claramente nestas peças uma linguagem acentuadamente mais elaborada mas a qual se restringe a um conjunto de *ornamenta* bem mais padronizado do que o observado nos capitéis jónicos, ainda que o léxico decorativo derive directamente destes últimos.

O capeamento com decoração em baixo-relevo proveniente da Rua da Saudade, em local muito próximo ao teatro romano detém-nos a atenção. Esta peça surgiu em depósitos arenosos, sob um pavimento, também de contexto romano, sendo até ao momento, o único exemplar deste tipo surgido em Lisboa<sup>41</sup>. Este elemento apresenta uma decoração assaz curiosa, já que se trata de um capeamento em calcário, onde se inscreve um capitel com respectivo fuste, coroado pelo arranque de um frontão triangular. Infelizmente, a placa encontra-se partida somente sendo possível visualizar uma pequena parte da decoração. O capitel representado é coríntio e, ainda que esquematizados, encontram-se presentes os vários componentes do capitel: o ábaco e respectiva flor; as folhas de ângulo e as do primeiro andar

<sup>37</sup> Esta peça encontra-se em exposição no Museu da Cidade (n.º inv. 2375/107).

<sup>38</sup> Vide n.º anterior (n.º inv. 497).

<sup>39</sup> Intervenção arqueológica levada a cabo pela Empresa Era Arqueologia em 2004 (Brazuna, 2005, p. 37).

<sup>40</sup> Quando tivemos oportunidade de analisar esta peça, as informações que, gentilmente, nos foram fornecidas por D. Fernando de Mascarenhas, o proprietário do palácio, não nos trouxeram quaisquer esclarecimentos a esse respeito.

<sup>41</sup> Estranhámos que, no Relatório de escavação apresentado pela empresa Era-Arqueologia S.A, não seja feita qualquer menção ao facto de a cronologia de tais elementos ter sido proposta por nós próprios.

do *kalathos*. De salientar que o fuste apresenta caneluras com demarcação, na parte superior, de meios círculos. Esta característica é comum em peças antigas, tal como encontramos em capitéis que mantêm o sumoscapo no mesmo bloco, datáveis dos finais do séc. I (Tardy, 1989, p. 130, 132, 134). Apresentamos uma cronologia para este exemplar que rondará os meados ou finais do séc. I.

Em Portugal encontramos alguns capeamentos que se podem aproximar, ainda que decorativamente distintos, como seja o caso da edícula da Qt.<sup>a</sup> do Marim (Faro) (Matos, 1995, p. 190 e 191) e de uma ara funerária, de igual proveniência e comparável ornamentação (*id.* p. 130 e 131). Conhecemos igualmente alguns pequenos fragmentos de capeamentos semelhantes, que se encontram em exposição no Museu Municipal de Estremoz. Também da *villa* romana do Rabaçal provêm várias placas decorativas que ornamentavam as *orthostatae* de alguns dos compartimentos do edifício. Algumas ostentam motivos geométricos e outras esquematizações arquitecturais sendo de relevar, neste último caso, um capeamento com duas colunas coríntias, respectivos capitéis vegetalistas, fustes com caneluras rectas e oblíquas, assemelhando-se a colunas salomónicas e palmetas formando frisos (Pessoa, 1998, figs. 24-26). Estes elementos, de composição complexa e de relevo acentuado, remetem-nos para cronologias tardias, tal como tardia é a própria cronologia da edificação deste espaço arquitectural (Pessoa, 2000, p. 709-739).

Da epigrafia chega-nos a informação da existência de um mausoléu mandado construir por Sempronia Rufina (Mantas, 1990, p. 170) e o elevado número de epígrafes e respectiva morfologia da cidade de *Olisipo* indica-nos, com grande probabilidade, a edificação de monumentos análogos com respectivos columbários, em vários pontos da cidade, como seja o caso da Praça da Figueira (Moita, 1968, p. 51) ou o sítio da Cruz da Pedra (Mantas, *op. cit.*, p. 164). Incontornável será ainda, a referência à célebre tampa de sarcófago, encontrada em Chelas e datável dos finais do séc. III, com a representação de poetas e musas e que, segundo alguns autores, corresponderá a uma peça importada de Roma (Souza, 1990, p. 72, n.º 139). Não contemplados, nesta breve análise, são os monumentos epigráficos funerários que possuem algum tipo de molduração ou decoração. Uma panóplia extensa deste tipo de soluções pode observar-se na exposição “Religiões da Lusitânia” patente no Museu Nacional de Arqueologia. Não incluído, de igual modo, nesta abordagem, é o elemento arquitectónico da necrópole da Silveirona o qual, recentemente, integrou a exposição sobre a necrópole daquele local, também no M.N.A. Esta magnífica peça, desconhecida até agora para nós, será objecto de um estudo detalhado em data próxima.

Pouco mais podemos dizer em relação à decoração arquitectónica de *Olisipo* dentro do contexto das peças que agora analisamos<sup>12</sup>. Obviamente que os dados

de que dispomos, para além de parcos e, por vezes, de contextos pouco elucidativos, ultrapassam as considerações que agora apresentamos. Não contemplados nesta breve análise foram os capitéis de distintas ordens arquitectónicas, bem como todos os elementos decorativos arquitectónicos não directamente integráveis em contexto funerário. Se bem que o quadro evolutivo delineado possa, deste modo, ser mais completo e mais pormenorizados os contornos de uma evolução diacrónica e transversal que abarque as distintas produções – de centros produtivos e de distintos tipos de monumentos – pensamos que esta breve notícia poderá, de algum modo, esclarecer-nos um pouco mais sobre a plástica decorativa durante a época romana na antiga cidade de *Olisipo*.

## 7. CATÁLOGO

### PEÇA N.º 1

**N.º Inv.** – MC.ARQ.PF/00/897; **Local. Actual:** Museu da Cidade (exposição permanente); **Classificação** – capitel jónico de coluna; **Matéria** – calcário; **Dimensões** (mm) – alt. total: 180; Ø base: 370; alt. *scamillus*: 30; dims. *scamillus*: 355X355; alt. colarinho: 35; Ø voluta: 180; alt. equino: 135/140; larg. equino: 320; compr. balaústre: 385; larg. *balteus*: 30; **Estado Cons.** – razoável, partido numa das volutas e no toro lateral correspondente; **Observ.** – inédito.

### PEÇA N.º 2

**N.º Inv.** – MC.ARQ.PF/00/898; **Local. Actual:** Museu da Cidade (exposição permanente); **Classificação** – capitel jónico de coluna; **Matéria** – calcário; **Dimensões** (mm) – alt. total: 185; Ø base: ?; alt. *scamillus*: 45; dims. *scamillus*: ?; Ø voluta: 130/135; alt. equino: 130; larg. equino: 320; compr. balaústre: 340; larg. *balteus*: 20; **Estado Cons.** – peça partida em mais de metade da sua dimensão; **Observ.** – inédito.

### PEÇA N.º 3

**N.º Inv.** – MC.ARQ.PF/00/899; **Local. Actual:** reservas da Câmara Municipal de Lisboa; **Classificação** – fragmento de cornija; **Matéria** – pedra de lioz; **Dimensões** (mm) – altura: 360; compr.: 1200; larg. total: 830; dentículos lado menor - alt.60; larg.: 84 X 84; dentículos lado maior – alt.60; larg.: 89 X 89; **Estado Cons.** – peça partida num dos seus ângulos, desconhecendo-se o seu total comprimento; **Observ.** – inédito.

<sup>42</sup> Sobre os tipos de monumentos e rituais funerários existente na cidade de *Olisipo*beiro

## BIBLIOGRAFIA

- ABAD CASAL, L. (1991) – El Arte funerario hispanorromano. *Cuadernos de Arte Español, Historia*. Madrid. 16, p. 77.
- ALARCÃO, J. (1988) – *Portugal Romano*. Mem Martins: Publ. Europa-América.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (1977) – *Fouilles de Conimbriga. I. L'Architecture*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALBERTO BALIL, L. (1960) – Plástica provincial en la España romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. LXX: 1-2, p. 107-131.
- ALONZO SÁNCHEZ, A. [et al.] (1992-3) – Três exemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la vía de la plata: Augusta Emérita, Norba Cesarina y Capara. *Studia Historia Antigua*. Salamanca. X-XI, p. 67-87.
- NOGALES BASARATE, T.; GONÇALVES, L. J., (2005) – Fragmento de cornija com mísulas. *Imagens e Mensagens, Escultura Romana do Museu de Évora*. Évora: [S. n.]. p. 62.
- BAUMAN, V. H. (1984) – Piese sculpturale si epigrafice în colectia muzeului de Istorie si Arheologie din Tulcea. *Peuce*. IX, p. 207-233.
- BINGÖL, O. (1980) – *Das Ionische Normalkapitel in Hellenistischer und Römischer Zeit in Kleinasien*. Tübingen: Verlag Ernst Wasmuth. (Istanbul Mitteilungen Beiheft; 20).
- BRAZUNA, S. (2005) – *Relatório de Trabalhos Arqueológicos – Minimização de Impactes, Lisboa, Rua da Saudade, n.º 2 (Lisboa)*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A..
- CAETANO, J. C. (2002) – Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitânia Romana. In VAQUERIZO, D., ed. – *Espacios e Usos Funerários en el Occidente Romano*. Córdoba: [s. n.] Vol. I, p. 313-334.
- CARLOS MARQUEZ (1993) – *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad; Caja de Ahorros de Cordoba.
- CARLOS MARQUEZ (1998) – *La Decoración Arquitectónica de Colonia Patricia – una aproximación a la arquitectura y urbanismo de la Córdoba romana*. Córdoba: Publicaciones de la Universidad de Cordoba; Obra Social y Cultural Cajasar.
- CARLOS MARQUEZ (2002) – La ornamentación arquitectónica en ámbito funerario de *Colonia Patricia*. *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*. Córdoba: D. Vaquerizo.
- COSTA, A. I. M. (1930-1931) – Estudos sobre algumas estações da época Luso-Romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. XXIX, p. 2-31.
- FERNANDES, L. (1996) – Sobre um capitel de ara do Palácio Fronteira. *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri. p. 179-188.
- FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 4 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte.
- FERNANDES, L. (1998) – Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. 16, p. 221-284.

- FERNANDES, L.; ENCARNAÇÃO, J. (1998a) – Sobre uma inscrição romana da Rua da Madalena, em Lisboa. *Olisipo, Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa. IIª Série, n.º 7, p. 7-12.
- FERNANDES, L. (1999) – Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures. In *Da Vida e da Morte: os Romanos em Loures*. Loures: Museu Municipal. p. 93-105.
- FERNANDES, L. (1999a) – Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos – Lisboa. *Conímbriga*. Coimbra. XXXVIII, p. 113-135.
- FERNANDES, L. (2001) – Capitéis do Teatro Romano de Lisboa. *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida. 14, p. 29-51.
- FERNANDES, L. (2002) – Sobre dois capitéis de Lisboa. *Conímbriga*. Coimbra. XLI, p. 237-256.
- FERNANDES, L. (2004) – Decoração arquitectónica da *villa* romana de Frielas. In *Arqueologia Como Documento*. Loures: Museu Municipal. p. 21-36.
- GONÇALVES, A.; HAUSCHILD, T.; TEICHNER, F. (2003) – Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996. *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*. Almada: Câmara Municipal. p. 123-136.
- GOZALBES CRAVIOTO, E. (1993) – Observaciones acerca del comercio de época romana entre Hispania y el Norte de Africa. *Antiquités Africaines*. Paris. 29, p. 163-176.
- GROS, P. (1976) – *Aurea Templi – Recherches sur l'Architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste*. Rome: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome; École Française de Rome.
- GROS, P. (2001) – *L'Architecture Romaine 2. Maisons, Palais, Villas et Tombaux*. Paris: [s. n.].
- GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (1988) – Bases para un estudio del capitel jónico en la Península Ibérica. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. LIV, p. 65-135.
- GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (1992) – Capiteles Romanos de la Península Ibérica. *Studia Archaeologica*. Valladolid. 81.
- GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (2003) – La decoración arquitectónica en la Colonia Clunia Sulpicia. *Studia Archaeologica*. Valladolid. 92, p. 1-268.
- GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (2004) – Los programas arquitectónicos de época imperial en el *Conventus Cluniensis*. In *Actas del Congreso La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente (Cartagena, 8-10 Octubre 2003)*. Murcia: ed. Científico Sebastián F. Ramallo Asensio; Universidad de Murcia. p. 275-292.
- HAUSCHILD, T. (1992) – El templo romano de Évora. *Templos Romanos de Hispania, Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia. 1, p. 107-117.
- HERRMANN, J. J. (1988) – The Ionic Capital in Late Antique Rome. *Archeologia*. Roma. 56, p. 1-215.

- LÉZINE, A. (1968) – *Chartage. Utique. Études d'Architecture et d'Urbanisme*. Paris: C.N.R.S.
- MACIEL, M. J., trad. (2006) - VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura. Tradução do latim, introdução e notas. Vitruvii Decem Libri*. Lisboa: Instituto Superior Técnico; ISP Press.
- MANTAS, V. G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie Romaine: hierarchies et territoire*. Paris: C.N.R.S., p. 149-205.
- MANUEL ABASCAL, J.; ROSARIO CEBRIÁN; TRUNK, M. (2004) – Epígrafia, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga. In *Actas del Congreso La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente (Cartagena, 8-10 Octubre 2003)*. Murcia: ed. Científico Sebastián F. Ramallo Asensio; Universidad de Murcia. p. 219-256.
- MATOS, J. L., coord. (1995) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Escultura Romana*. Lisboa: I.P.C.M.; I.P.M..
- MOITA, I. (1968) – Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 116, p. 33-71.
- PENSABENE, P. (1973) – *Scavi di Ostia – I Capitelli*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato. Vol. VII.
- PESSOA, M. (1998) – *Villa Romana do Rabaçal – Um objecto de Arte na Paisagem*. Penela: Câmara Municipal.
- PESSOA, M.; SANTOS, S. (2000) – *Villa romana do Rabaçal, Penela, Portugal – Contributo para o estudo dos baixos-relevos e outros elementos de escultura arquitectónica*. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Utad, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999)*. Porto: ADECAP. Vol. 6, p. 709-739.
- PETROVA, S. (1996) – *The Capitals of Roman-Ionic Order From Moesia and Thracia (I-IV)*, Sofia: [s.n.].
- RIBEIRO, J. C. (1974-1977) – Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, 7-9, p. 277-329.
- RODRÍGUEZ-GUTIÉRREZ, O. (2000) – Los capiteles toscanos de la *Porticus Post Scaenam* del teatro romano de Itálica (Santiponce, Sevilla). In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Utad, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999)*. *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: ADECAP. Vol. VI, p. 307-317.
- SALDANHA, N., comis. (1993) – G. B. Piranesi e a Poética da Ruína no século XVIII, In *Giovanni Battista Piranesi – Invenções, Caprichos, Arquitecturas (1720/1778)*. Lisboa: I.P.P.A.R.
- SAURON, G. (1979) – Les modèles funéraires classiques de l'art décoratif néo-attique. *Mélanges de L'École Française de Rome, Antiquité*. Paris. 91, p. 193-236.
- SOUZA, V. (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der skulpturen der Römischen Welt. Portugal*. Coimbra: [s. n.].
- TARDY, D. (1989) – Le Decor Architectonique de Saintes Antiques. *Aquitania*. Bordeaux. (Supplément; 5).

- TRILLMICH, W. (2004) – Los programas arquitectónicos de época Júlio-Cláudia en la Colonia Augusta Emerita. In *Actas del Congreso La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente (Cartagena, 8-10 Octubre 2003)*. Murcia: Científico Sebastián F. Ramallo Asensio; Universidad de Múrcia. p. 321-335.
- VIEIRA, C. J. C. (1998) – *Capitéis de Ara do Municipium Olisiponense*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2 vols. Dissertação Final de Mestrado em História da Arte.
- ZANKER, Paul (1992) – *Augusto y el Poder de las Imágenes*. Madrid: Alianza Forma.